



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO PLANCLIMASP

(DETALHAMENTO DAS AÇÕES)

4º Relatório de Acompanhamento das
Ações do Plano de Ação Climática de
São Paulo - PlanClima SP



APRESENTADO POR

Secretaria Executiva de Mudanças
Climáticas - SECLIMA

SUMÁRIO

1. Palavra do Secretário.....	2
2. Visão e objetivos.....	4
3. Relatório	6
• 3.1 Rumo ao carbono zero em 2050.....	7
• 3.2 Adaptar a cidade de hoje para o amanhã.....	11
• 3.3 Proteger pessoas e bens.....	13
• 3.4 Mata Atlântica, precisamos de você!.....	15
• 3.5 Gerar trabalho e riqueza sustentáveis	17
4. Para além do PlanClima SP.....	19
5. Anexo.....	21

PALAVRA DO SECRETÁRIO



A pioneira inovação de um Plano de Ação Climática – PLANCLIMA para a maior megalópole brasileira foi fruto da inspiração visionária da gestão do Prefeito RICARDO NUNES, cuja sensibilidade em relação à natureza já fora evidenciada durante o seu percurso parlamentar.

Foi ambiciosa a pretensão de envolver diversas Secretarias Municipais, algumas empresas municipais e autarquias, num projeto consistente de preparar a cidade para os fenômenos extremos, derivados do aquecimento global provocado pelos gases do efeito estufa.

Todavia, não foi apenas o grande equipamento oficial urbano o chamado a protagonizar a implementação do PLANCLIMA. Foi convocada a Academia, o empresariado, o Terceiro Setor, a totalidade dos organismos que atuam na mais complexa conurbação da América Latina. Escolas, sindicatos, clubes, Igrejas, toda a sociedade civil teria de coparticipar dessa instigante empreitada.

No momento em que se procede à revisão do PLANCLIMA, é motivo de justificada satisfação constatar que ele tem mais de 70% de ações em andamento e que 57% de seus indicadores registraram satisfatório resultado. Verifica-se total impregnação do tema na variada gama de atuação da Prefeitura, com devotamento de todos os agentes, parceiros na missão de tornar São Paulo o lugar resiliente em que a proteção à vida merece privilegiada e orquestrada ação do Poder Público e da comunidade.

Neste ano em que o Brasil sedia a COP30, na emblemática região amazônica, mais exatamente em Belém do Pará, o PLANCLIMA se propõe fazer com que todos os paulistanos façam uma imersão no tema das emergências climáticas, que preocupam e comovem todo o planeta.

Demonstrar que o plano de São Paulo está dando certo, não é apenas reconhecer o empenho de equipes entusiastas, responsáveis pelo incremento das estratégias propostas e levadas a sério em sua implementação. É também prestar contas à população paulistana, a destinatária do trabalho conjunto de uma legião de artífices que se conscientizaram de que preservar a natureza é garantir a continuidade da aventura existencial neste planeta.

Muito se caminhou, mas a missão está em seu curso inicial, pois ainda será necessário muito esforço para se devolver à natureza ao menos uma parte do que dela se subtraiu, em detrimento da qualidade de vida.

O importante é que o rumo está na direção correta e que o avanço em indicadores constantemente monitorados e, quando necessário revisitados e readequados às circunstâncias contextuais, é o testemunho de que São Paulo e seu alcaide acertaram quando erigiram as mudanças climáticas em tema prioritário e inadiável para a gestão local.

É importante que essa cultura da resiliência ecológica se dissemine e comova aqueles que ainda se recusam a enxergar que os fenômenos extremos causam malefícios a todos os viventes e que os mais vulneráveis são as vítimas preferenciais dos desastres climáticos. É para que todos tenham qualidade de vida compatível com a dignidade humana e que o território paulistano seja o espaço acolhedor e o abrigo seguro de quantos aqui residem ou visitem, que a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA prosseguirá, em busca de resultados ainda mais alvissareiros.

Conclamo todas as pessoas sensíveis e de boa vontade para se alinharem a esta trincheira, que fará de São Paulo um exitoso paradigma de adaptação às consequências de seculares equívocos perpetrados contra a natureza. Generosa e fiel, ela se regenerará. Mas não dispensa a participação de cada um de nós.

José Renato Nalini
Secretário Executivo de Mudanças Climáticas – SECLIMA



VISÃO E OBJETIVOS DO PLANCLIMASP

VISÃO

O Plano de Ação Climática de São Paulo - PlanClima SP, estabelece uma visão para a cidade até 2050, na qual São Paulo se tornará uma cidade menos desigual, mais resiliente aos impactos das mudanças climáticas e neutra em carbono.

Além disso, o plano visa promover o acesso universal a serviços públicos de qualidade, proporcionando bem-estar e um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável para todos os cidadãos.

OBJETIVOS

Para alcançar essa visão, o plano estabelece dois objetivos gerais:

1 Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Meta incondicional: Até 2030, o Município de São Paulo deverá reduzir em 20% as suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano base de 2017.

Meta condicionada: Até 2030, o Município de São Paulo reduzirá em 50% suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano base de 2017, caso ações que impliquem descarbonização e que não estão no controle do Município de São Paulo sejam realizadas.

Meta condicionada: Até 2050, o Município de São Paulo reduzirá a zero suas emissões líquidas de gases de efeito estufa, caso ações que impliquem descarbonização e que não estão no controle do Município de São Paulo sejam realizadas.

2

Fortalecimento da Resiliência do município

O plano visa implementar medidas para fortalecer a resiliência da cidade, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana e aumentando sua capacidade de adaptação.

Além disso, o PlanClima SP está estruturado em cinco estratégias, cada uma com objetivos específicos de mitigação e adaptação. Essas estratégias são fundamentais para alcançar os resultados desejados e estão refletidas nas 43 ações propostas.



Rumo ao carbono zero em 2050



Adaptar a cidade de hoje para o amanhã



Proteger pessoas e bens



Mata Atlântica, precisamos de você!



Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

O Decreto nº 60.289, de 3 de junho de 2021, instituiu o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo e, a fim de consolidar a governança da variável climática no município, institucionalizou a obrigatoriedade da apresentação anual do relatório de acompanhamento do PlanClima SP.

Considerando a intersectorialidade do PlanClima SP, a responsabilidade pelo monitoramento de sua

implementação, através do Relatório, foi designada à Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), criada pelo Decreto 60.290/2021, da Secretaria Municipal de Governo Municipal.

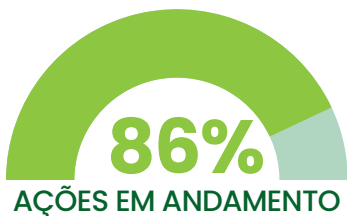
O Decreto que institui o PlanClima SP determina que o plano deve ser revisado no primeiro ano de cada nova gestão municipal, em alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) e o Programa de Metas.

Nesse sentido, o relatório a ser apresentado neste ano tem como objetivo subsidiar o processo de revisão das ações previstas, contribuindo para seu aperfeiçoamento. Para isso, será organizado de forma mais clara e objetiva, com ênfase no status de execução das ações e nos principais resultados alcançados, permitindo também a identificação das iniciativas que ainda enfrentam desafios para avançar. O detalhamento dos indicadores será disponibilizado em um relatório técnico complementar, a ser publicado posteriormente.

RELATÓRIO PLANCLIMA

O Relatório Anual do Plano de Ação Climática apresenta o monitoramento das ações previstas no Plano, com foco nas atividades de 2024 e na série histórica dos indicadores desde sua institucionalização (2021–2024). Esta edição marca o quarto ciclo de monitoramento e traz avanços na metodologia de avaliação e reporte.

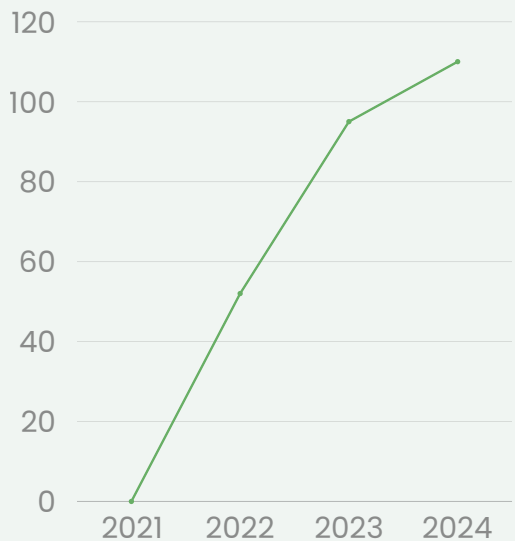
As informações sobre o andamento das 43 ações foram fornecidas pelas secretarias líderes por meio do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico (SMAE), também utilizado no acompanhamento do Programa de Metas da cidade.



Número e percentual de ações em andamento por estratégia



Indicadores por Relatório Anual





ESTRATÉGIA

RUMO AO CARBONO ZERO

Zerar as emissões de carbono oriundas de combustíveis fósseis, de forma a adotar medidas sustentáveis para os meios de transporte na cidade de São Paulo e reduzir a geração e adequar os tratamentos de resíduos.

AÇÕES

18

AÇÕES EM
ANDAMENTO

72%

INDICADORES
DISPONÍVEIS

44

INDICADORES
COM AVANÇO

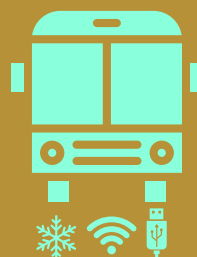
55%



POTÊNCIA INSTALADA DE
ENERGIA FOTOVOLTAICA

5 vezes maior

EM RELAÇÃO A 2021 EM
TODO O MUNICÍPIO



+51% em relação a 2021

83%

DOS ÔNIBUS COM USB,
WI-FI E AR-COND.



+2,17% em relação a 2021

3,78% DA FROTA
DE TRANSPORTE PÚBLICO
COM TECNOLOGIA ZERO
EMISSÕES.



50 NOVAS VIATURAS
COM TECNOLOGIA
DE BAIXO CARBONO NA
SEGURANÇA URBANA DO
MUNICÍPIO EM 2024



+24% em relação a 2021

100%
DAS VIAS COM SERVIÇO
DE COLETA SELETIVA
DOMICILIAR

mais de
6 mil ton

DE RESÍDUOS ORGÂNICOS DE
JARDINS E FEIRAS TRANSFORMADOS
EM COMPOSTO*

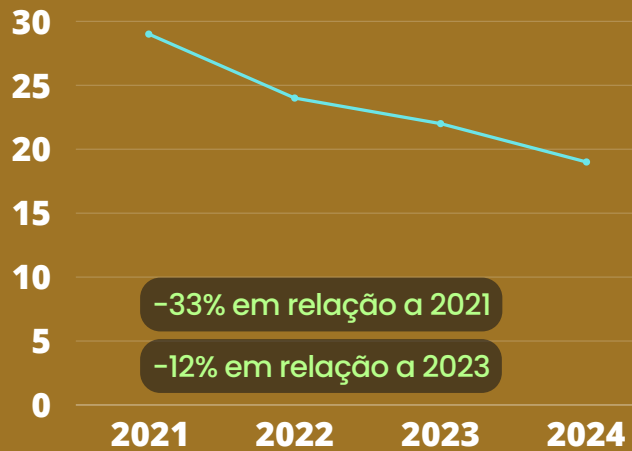
*valor acumulado desde 2021 no
Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis

REDUÇÃO DA EMISSÃO DE POLUENTES E GASES DE EFEITO ESTUFA PELA FROTA MUNICIPAL DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE PÚBLICO

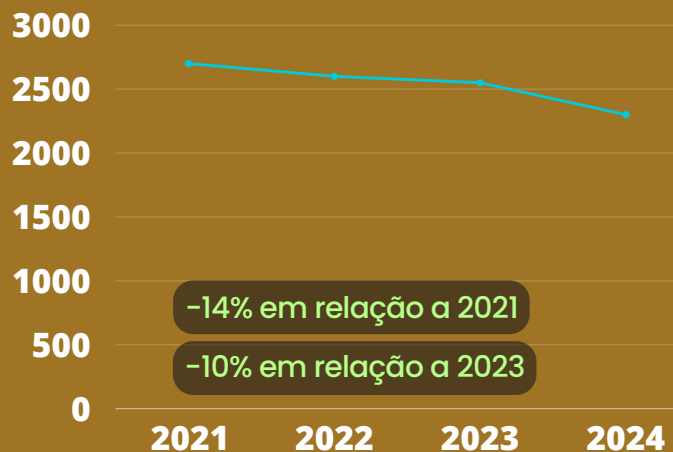
 **111 km**
ESTRUTURAS CICLOVIÁRIAS
ENTREGUES DESDE 2021

Melhorar a infraestrutura do transporte coletivo, com a oferta de ar-condicionado, entradas USB, Wi-Fi para maior conforto nos ônibus e a ampliação dos corredores exclusivos para aumentar a agilidade no trânsito. É uma estratégia importante para incentivar o uso desse meio de transporte e **reduzir a dependência de veículos individuais movidos a combustíveis fósseis**, principais emissores de gases de efeito estufa na cidade.

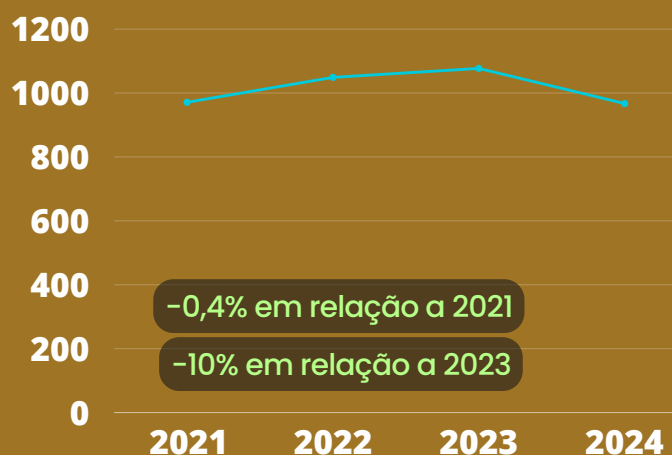
Emissão de MP 2.5 (ton)



Emissão de NOx (ton)



Emissão de CO2eq (mil ton)





AÇÃO

STATUS

1. Regularizar a adoção de critérios de eficiência energética nas edificações de acordo com os programas nacionais de conservação de energia.

Não iniciada

2. Elaborar estudos sobre padrões de consumo energético no Município de São Paulo, para a adoção de medidas gerais de eficiência energética.

Em andamento

3. Mobilizar esforços para fomentar a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis e a geração distribuída, bem como a melhoria da eficiência energética de equipamentos.

Em andamento

4. Implementar critérios e indicadores de eficiência energética na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública municipal.

Em andamento

5. Estabelecer norma para aperfeiçoamento das medidas de ventilação e iluminação natural nos empreendimentos habitacionais de interesse social (HIS).

Em andamento

6. Fomentar a redução das distâncias casa-trabalho de modo a minimizar a demanda por serviços de transporte.

Em andamento

7. Aumentar a atratividade do sistema municipal de ônibus de maneira a promover esse modo de transporte.

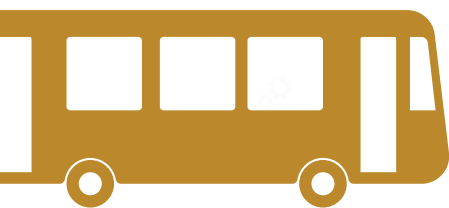
Em andamento

8. Fomentar o uso da bicicleta como meio usual de transporte, por meio da expansão da infraestrutura e estratégias de sensibilização e comunicação.

Em andamento

9. Promover a substituição gradativa das frotas de ônibus municipais para veículos zero emissões.

Em andamento



AÇÃO

STATUS

10. Instituir Zona Zero Emissão no perímetro do Minianel Viário.

Não iniciada

11. Garantir que 100% da frota utilizada pela Prefeitura (ou terceirizada) seja zero emissões em 2040.

Em andamento

12. Instituir legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissões dentro do perímetro da cidade.

Não iniciada

13. Implantação de uma rede de miniterminais logísticos (MTL) em parceria com a iniciativa privada.

Não iniciada

14. Aperfeiçoar a regulamentação sobre compartilhamento, estacionamento e recarga de veículos elétricos ou zero emissões.

Em andamento

15. Universalizar a cobertura do serviço de coleta seletiva de resíduos secos.

Em andamento

16. Maximizar os processos de compostagem.

Em andamento

17. Implantar ecoparques.

Em andamento

18. Incluir no mandato da Autoridade Hídrica Municipal, em processo de estruturação, a realização de reporte periódico de dados de operação e de monitoramento de atividades geradoras de gases de efeito estufa, especialmente em relação a esgoto, pela concessionária dos serviços de água e esgoto.

Não iniciada



Curto prazo



Médio prazo



Longo prazo





ESTRATÉGIA

ADAPTAR A CIDADE DE HOJE PARA O AMANHÃ

Construir uma cidade resiliente, por meio da redução da vulnerabilidade social e de sua infraestrutura, de modo que as funções vitais possam ser mantidas após os impactos de eventos extremos.

AÇÕES

11

AÇÕES EM ANDAMENTO

100%

INDICADORES DISPONÍVEIS

29

INDICADORES COM AVANÇO

55%

224.710



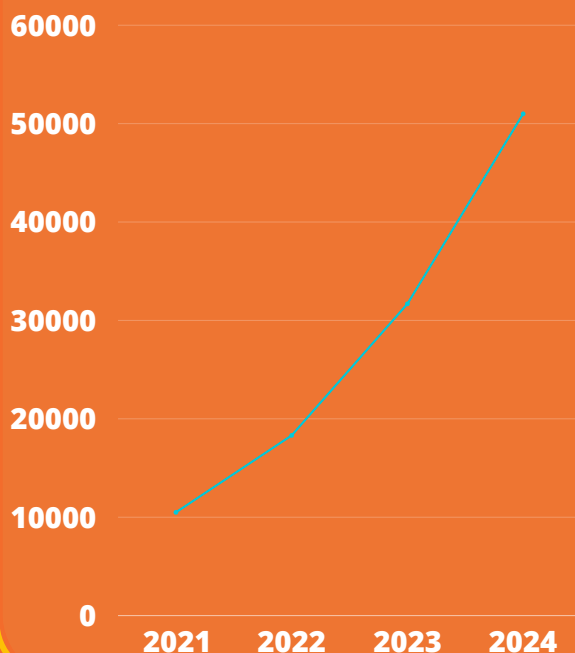
FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR PROCEDIMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DESDE 2021

+ entrega de unidades habitacionais



INCLUSÃO DA ANÁLISE CLIMÁTICA E DE ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO COMO REQUISITO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Somatória de unidades entregues



1.044.800

METROS DE CALÇADAS REQUALIFICADAS DESDE 2021

+68 em relação a 2022 *



87% PROPORÇÃO DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA CIVIL (NUDEC) EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

*Valor indisponível para 2021

AÇÃO

STATUS

19. Promover a melhoria da qualidade ambiental do Município de São Paulo na perspectiva dos impactos da mudança do clima.

Em andamento

20. Aperfeiçoar o monitoramento da aplicação, eficiência e eficácia dos instrumentos urbanísticos utilizados com a finalidade de promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos impactos da mudança do clima, bem como a adoção de fontes renováveis de energia e a construção sustentável.

Em andamento

21. Incrementar o provimento habitacional para população de baixa renda.

Em andamento

22. Aumentar a área permeável dos equipamentos e espaços públicos novos e existentes.

Em andamento

23. Incrementar o uso de soluções baseadas na natureza (SbN) nas obras da infraestrutura de drenagem.

Em andamento

24. Requalificar os espaços públicos viários de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência.

Em andamento

25. Mapear zonas críticas inundáveis, adotando a perspectiva da ocorrência de eventos climáticos extremos e objetivando sua incorporação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Em andamento

26. Dar seguimento ao Programa Córrego Limpo.

Em andamento

27. Incluir análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação das emissões de GEE e adaptação aos impactos da mudança do clima nos empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental ou estudo de impacto de vizinhança.

Em andamento

28. Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.

Em andamento

29. Fortalecer a governança do Sistema Municipal de Defesa Civil para uma gestão intersetorial e transversal da redução de risco e de desastres.

Em andamento



Curto prazo



Médio prazo



Longo prazo





ESTRATÉGIA

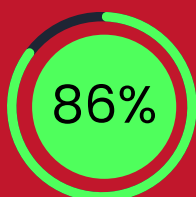
PROTEGER PESSOAS E BENS

São Paulo busca se tornar mais segura e sustentável, priorizando a proteção de pessoas e infraestrutura, especialmente as mais vulneráveis, diante de eventos climáticos extremos.

AÇÕES

7

AÇÕES EM
ANDAMENTO



INDICADORES
DISPONÍVEIS

16

INDICADORES
COM AVANÇO



+100% em relação a 2021

28

FEIRAS
CADASTRADAS NO PROGRAMA
MUNICIPAL DE COMBATE AO
DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

+ 230 profissionais em relação a 2021



292

PROFISSIONAIS
DE SAÚDE CAPACITADOS
EM PREPARAÇÃO A
EVENTOS CLIMÁTICOS
EXTREMOS

49x o número de visitas de 2021



12909

VISITAS
DOMICILIARES DO PAVS
QUE ABORDAM O TEMA
DA MUDANÇA DO CLIMA

+ 16 unidades em relação a 2022*



22

UNIDADES
SENTINELA DO
PROGRAMA VIGIAR*

Aumento de 4x em relação a 2021



477

PROJETOS
DO PAVS
COM TEMÁTICA DA
MUDANÇA DO CLIMA

Aumento de 19x em relação a 2021



19

CAPACITAÇÕES
PARA AMPLIAÇÃO DAS
UNIDADES SENTINELA

AÇÃO

STATUS

30. Criar o Plano de Contingência de Seca, adotando as medidas para sua operação.

Não iniciada

31. Ampliar medidas de adaptação e fortalecer a capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde em situações de eventos extremos, com ênfase na população vulnerável residente nas áreas periféricas.

Em andamento

32. Atualizar anualmente o Plano Municipal de Contingência de Arboviroses para aperfeiçoar as ações de enfrentamento dos riscos associados à mudança do clima.

Em andamento

33. Fortalecer o Programa de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionado a Populações Expostas à Poluição do Ar do Município de São Paulo - VIGIAR

Em andamento

34. Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) para todas as unidades básicas de saúde (UBS), ampliando a incorporação das questões da mudança do clima.

Em andamento

35. Combater o desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar em todo o Município.

Em andamento

36. Aperfeiçoar os protocolos de paralisação preventiva do sistema de mobilidade, inclusive com alertas, no caso de eventos climáticos extremos.

Em andamento



Curto prazo



Médio prazo



Longo prazo



ESTRATÉGIA

MATA ATLÂNTICA, PRECISAMOS DE VOCÊ!

São Paulo deve apoiar políticas para ampliar e conservar áreas verdes, garantindo serviços ecossistêmicos e favorecendo a adaptação aos eventos extremos, com foco na população mais vulnerável.

AÇÕES

3

AÇÕES EM
ANDAMENTO

100%

INDICADORES
DISPONÍVEIS

6

INDICADORES
COM AVANÇO

50%



ESTUDO INICIADO
DE ESPÉCIES
ARBÓREAS
RESILIENTES ÀS
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS



CADASTRO DE
ÁREAS DE
PATRIMÔNIO
AMBIENTAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO ELABORADO
E DISPONIBILIZADO

66% DE ADESÃO AOS
PAGAMENTOS
POR SERVIÇOS
AMBIENTAIS



* 23 áreas recebendo recursos por prestarem serviços ambientais, o que representa aproximadamente 66% do total de 35 áreas que podem ser contempladas por ano, pelo Edital FEMA 04/2022

AÇÃO

STATUS

37. Promover o plantio de árvores nativas resilientes às mudanças climáticas de maneira a proteger a biodiversidade e promover a melhoria do conforto térmico na cidade.

Em andamento

38. Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.

Em andamento

39. Proteger e requalificar nascentes e cursos d'água.

Em andamento



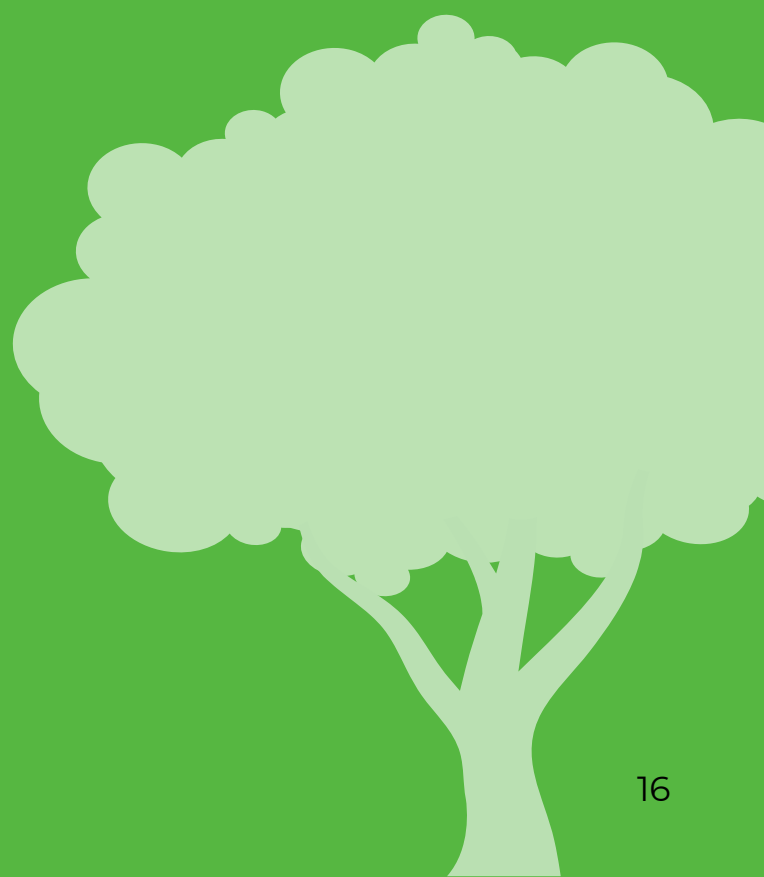
Curto prazo



Médio prazo



Longo prazo





ESTRATÉGIA

GERAR TRABALHO E RIQUEZA SUSTENTÁVEIS

A cidade deve buscar a sustentabilidade, reduzindo impactos negativos das atividades econômicas e promovendo melhorias contínuas e novas cadeias de valor.

AÇÕES

4

AÇÕES EM ANDAMENTO

100%

INDICADORES DISPONÍVEIS

15

INDICADORES COM AVANÇO

53%

4x o número de capacitações de 2021

2950

CAPACITAÇÕES FORMAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM TEMÁTICA DA MUDANÇA DO CLIMA À PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Dobro do valor de 2021

90

PRODUTORES AGRÍCOLAS COM CERTIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA



+5 milhões em relação a 2022*

R\$8 milhões

INVESTIDOS NO PROGRAMA OPERAÇÃO TRABALHO AGRICULTURA



+89% em relação a 2022*

217

UNIDADES INCLUÍDAS NO CADASTRO MUNICIPAL DE HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS



+78% em relação a 2022*

2.671

TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES DE AGRICULTURA URBANA



933

FEIRAS PARCEIRAS CADASTRADAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS IN NATURA



*dado indisponível para 2021

AÇÃO

STATUS

40. Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero.

Em andamento

41. Promover e aprofundar a temática da mudança do clima nas ações da Política Municipal de Educação Ambiental, fortalecendo sua implantação e ampliando os públicos alvo.

Em andamento

42. Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos

Em andamento

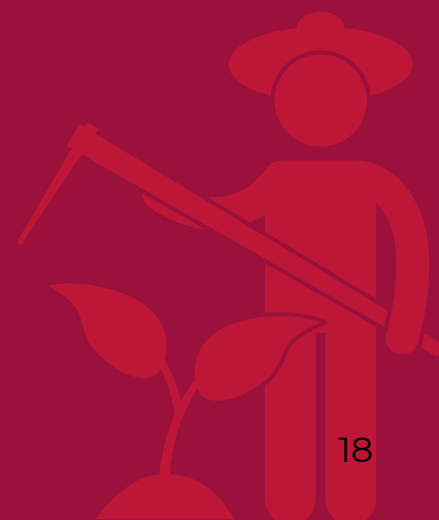
43. Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica

Em andamento

 Curto prazo

 Médio prazo

 Longo prazo



PARA ALÉM DO PLANCLIMASP

Ao longo de 2024 e até a data de publicação deste relatório - julho de 2025, a cidade de São Paulo avançou em diversas iniciativas voltadas à gestão climática local, inclusive em frentes não previstas originalmente no Plano de Ação Climática (PlanClimaSP).

Considerando que neste ano de 2025 também foi iniciado o processo de revisão do PlanClimaSP, a seguir são destacados avanços* que dialogam com os objetivos das estratégias do plano e que poderão subsidiar a incorporação de novas ações e o aprimoramento de metas na atualização em curso.

RUMO AO CARBONO ZERO

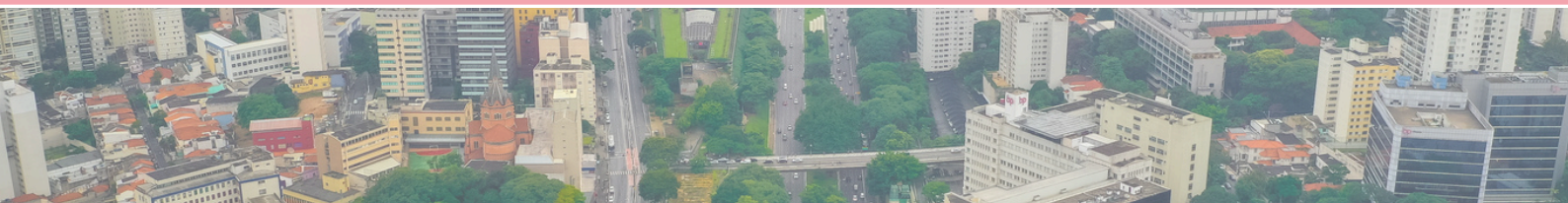


- **83 caminhões de coleta** de resíduos passaram a operar com biometano, contribuindo para a redução das emissões no setor. A meta é substituir toda a frota por veículos sustentáveis até 2027.
- Lançamento do **Guia de Compras Públicas Sustentáveis**, que orienta a adoção de critérios ambientais em processos de aquisição do município.
- Início da **operação do Aquático-SP**, iniciativa de mobilidade urbana com impacto positivo na descarbonização.
- A cidade atingiu o marco de **750 ônibus elétricos** na metade do ano de 2025. Por meio dos financiamentos, **mais 385 ônibus** estão previstos para serem incorporados à frota em breve.

PROTEGER PESSOAS E BENS



- Operação de **6 Armazéns Solidários**, promovendo segurança alimentar e resiliência comunitária em territórios vulneráveis.



*Diferentemente do restante do relatório, os dados de avanço apresentados neste capítulo referem-se a informações atualizadas até junho de 2025.

MATA ATLÂNTICA, PRECISAMOS DE VOCÊ

- Plantio de **79 mil árvores** em áreas urbanas e de proteção ambiental ao longo de 2024.
- Somado aos 120 parques existentes na cidade, serão plantadas **120 mil novas árvores até o final do ano**, contribuindo para aumentar a área verde da cidade, que já se consolida em mais de 50% do território.
- Publicação de Decretos de Utilidade Pública (DUPs) para a desapropriação de mais de **11,1% do território municipal**, com vistas à criação de 15 novos parques urbanos e 23 unidades de conservação públicas.
- Ampliação do **monitoramento tecnológico** de parques municipais, com foco na prevenção de incêndios e queimadas.
- Criação de **parques lineares em torno de corpos d'água**, como o Parque Linear Córrego Itaquera e o Parque Linear Sarah – Córrego do Hospital, fortalecendo a conexão entre infraestrutura verde e gestão hídrica.
- São **10 bosques urbanos** na cidade, com o objetivo de preservar a biodiversidade através da recuperação florestal. O objetivo é chegar a 50 bosques até o final de 2028.



GERAR TRABALHO E RIQUEZA SUSTENTÁVEIS

- O programa Sampa+Rural já beneficiou mais de **600 locais de produção agrícola** com assistência técnica e equipamentos.
- Retomada do programa Escola Estufa, com **5 unidades em operação**, integrando educação e sustentabilidade no ambiente escolar.
- Os programas **Acelerando Hortas e Semeando Negócios** apoiaram, respectivamente, 38 e 30 empreendimentos da agricultura urbana e periurbana com mentoria, capacitação e aporte financeiro.



Esses resultados evidenciam o comprometimento contínuo da cidade com a agenda climática e demonstram a importância de manter o PlanClimaSP como instrumento vivo e dinâmico, capaz de incorporar novas soluções e oportunidades à medida que surgem.

ANEXO

AÇÃO 1 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Regulamentar a adoção de critérios de eficiência energética nas edificações de acordo com os programas nacionais de conservação de energia.

Inserção de critérios de eficiência energética de edificações em instrumentos de política urbana, como o Código de Obras e Edificações (COE), de acordo com iniciativas nacionais de conservação de energia, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e Gás Natural (Conpet), Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) etc., além de alteração das tipologias de projeto arquitetônico, tanto novos quanto já construídos, de modo a maximizar o uso de iluminação e ventilação naturais, diminuindo o consumo energético e reduzindo as emissões de GEE. Os requerimentos de eficiência energética também deverão atentar à necessidade de promover o uso de fontes energéticas alternativas para cocção e aquecimento de água. As seguintes iniciativas são importantes para apoiar o desenvolvimento da ação:

- Criar um programa de sensibilização e capacitação em eficiência energética, com divulgação de informações para profissionais da área e para a sociedade em geral;
- Criar parcerias para divulgação voluntária de dados de consumo de energia das edificações do setor público e privado;
- Promover programa de comunicação para sensibilização visando à substituição de fogões e aquecedores a gás por opções que utilizem energia renovável, como o aquecimento solar e o uso de alternativas elétricas.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

ÓRGÃO DE APOIO

SMUL

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2025, inserir critérios de eficiência energética nas edificações no Código de Obras e Edificações, de acordo com os programas nacionais de conservação de energia, fomentando a economia verde nos setores de construção civil, indústria e serviços.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Critérios de eficiência energética inseridos no Código de Obras e Edificações.
 - Redução do consumo de energia pela PMSP (%).
-

-
- Intensidade de uso de energia dos prédios públicos, por tipologia (kWh/m²).
-

AÇÃO 2 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Elaborar estudos sobre padrões de consumo energético no Município de São Paulo, para a adoção de medidas gerais de eficiência energética.

Elaboração de estudos sobre padrões de consumo energético das edificações (residenciais, comerciais e institucionais) no Município de São Paulo, considerando fatores como tipo de uso e consumo, com o objetivo de adotar medidas efetivas de eficiência energética no âmbito das competências municipais. Os estudos deverão identificar medidas para melhorias das edificações existentes que possam contribuir para a redução de GEE dos subsetores residencial e comercial e institucional.

Tais estudos deverão fornecer dados importantes para definição futura pela PMSP de indicadores e metas para eficiência energética em edificações do setor público e privado, incluindo a compreensão da intensidade energética (kWh/m²) dos diferentes tipos de edificações. Tal compreensão será necessária para apoiar a efetivação da Ação 1.

Adicionalmente, a PMSP deverá apoiar a elaboração de estudos e análises que viabilizem o uso de fontes alternativas de energia para a cocção e aquecimento de água pelas diferentes tipologias de edificações.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2025, elaborar dois estudos relacionados ao consumo energético nos setores público e privado do município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Somatória dos estudos sobre padrões de consumo e de eficiência energética no Município publicados.

2021	2022	2023	2024
1	1	1	1

AÇÃO 3 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Mobilizar esforços para fomentar a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis e a geração distribuída, bem como a melhoria da eficiência energética de equipamentos.

A PMSP deve empreender ação política compatível com a dimensão de sua capacidade econômica e de seus desafios, para apoiar a produção e distribuição de energia de fontes renováveis e a geração distribuída, com o objetivo de alcançar 13% das edificações residenciais e 24% das comerciais com sistemas de geração de energia elétrica fotovoltaica em 2050, além de buscar a instalação de tais sistemas em seus equipamentos públicos. Deve também apoiar a melhoria da eficiência energética de equipamentos a partir das compras públicas municipais, parcerias e incentivos, de modo a diminuir as emissões de gases de efeito estufa deles decorrentes e o consumo de recursos naturais. A PMSP deve priorizar a contratação de empresas locais, próximas aos equipamentos, para apoiar sua melhoria energética e manutenção, e promover programas de capacitação para profissionais que atuem na área de eficiência energética e geração distribuída.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2050)

META

Até 2025, ampliar a participação da geração distribuída renovável fotovoltaica na potência total da matriz elétrica para 3,5% nas edificações residenciais e 6,5% nas comerciais; para 13% e 24%, respectivamente, em 2050.

INDICADORES

Indicador geral 1: Potência instalada de geração distribuída de energia fotovoltaica em imóveis residenciais no município de São Paulo (MW).¹

2021	2022	2023	2024
17,43	45,43	72,11	93,6

Indicador geral 2: Potência instalada de geração distribuída de energia fotovoltaica em imóveis comerciais no município de São Paulo (MW).¹

2021	2022	2023	2024
11,43	19,91	40,29	52,40

Indicador específico 2: Potência total instalada de geração distribuída de fontes renováveis no município de São Paulo (MW).²

2021	2022	2023	2024
31,1	70,40	119,70	154,71

Indicador específico 3: Proporção de potência instalada fotovoltaica da Administração Pública Municipal (%) em relação ao total instalado.³

2021	2022	2023	2024
4	2	1	1

Indicador indisponível:

- Normas e regulamentações publicadas para incentivo ao uso de equipamentos mais eficientes e à ampliação da geração de energia de fontes renováveis.
-

1: os valores reportados para o relatório publicado em 2024 foram corrigidos neste ciclo.

2: a potência total é a soma das classes de consumo residencial, comercial, industrial, poder público, rural e serviço público.

3: a potência da administração pública representa a soma da potência do poder público e serviço público.

AÇÃO 4 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Implementar critérios e indicadores de eficiência energética na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública municipal.

Implementar critérios de eficiência energética na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública municipal visando à conservação de energia com utilização de tecnologias eficientes e materiais sustentáveis. Os projetos arquitetônicos de todas as reformas e construções contratados pela PMSP devem ser adequados a minimizar o uso da iluminação artificial e ao resfriamento interno, permitindo o uso da iluminação natural e ventilação cruzada. A contratação de serviços e a aquisição de bens deverão conter critérios compatíveis com os programas nacionais de eficiência energética. A PMSP se compromete a liderar a adoção dos padrões mais avançados de eficiência energética para as novas edificações.

As seguintes atividades preliminares foram identificadas como parte desta ação:

- Implementar o Projeto Diagnóstico Energético das Edificações Públicas da PMSP, para realização de diagnósticos energéticos para 150 edificações municipais, consolidando metodologia de coleta, sistematização e reporte de indicadores de eficiência energética na administração pública municipal;
- Realizar diagnósticos do consumo energético das edificações públicas municipais replicando os resultados do Projeto Diagnóstico Energético das Edificações Públicas da PMSP para todo o portfólio de edificações próprias;
- Elaborar plano de ação para a modernização e adaptação das instalações elétricas da administração pública municipal, incluindo a adoção de sistemas de geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

- Até 2025, incorporar critérios de eficiência energética na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras pela PMSP;
- Até 2030, expandir reformas e melhorias para efficientização energética para todo o portfólio de edificações da cidade;
- Até 2030, melhoria de 50% na eficiência dos aparelhos elétricos utilizados pela PMSP.

INDICADORES

Indicador específico 1: Número de novos contratos com critérios de eficiência energética em obras e serviços da PMSP.

2021	2022	2023	2024
0	0	0	18

Indicadores indisponíveis:

- Normas com critérios e indicadores de eficiência energética para contratos da PMSP.
- Número de edificações públicas com reformas e melhorias para eficiência energética realizadas sobre o total de edificações públicas próprias da PMSP.
- Porcentagem de novos aparelhos com selo Procel nível A, A+ ou A++ de eficiência energética adquiridos pela PMSP.

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- Os 18 novos contratos com critérios de eficiência, estabelecidos em 2024, serão executados em edificações escolares públicas.

AÇÃO 5 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Estabelecer norma para aperfeiçoamento das medidas de ventilação e iluminação natural nos empreendimentos habitacionais de interesse social (HIS).

Estabelecimento de norma de projeto arquitetônico com formas de ventilação e iluminação naturais aperfeiçoadas nos empreendimentos habitacionais de interesse social, de modo a evitar consumo desnecessário de energia em situações de aumento de temperatura.

ÓRGÃO LÍDER

SEHAB

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2025, promover a construção de HIS sob padrões aperfeiçoados de ventilação e iluminação naturais no MSP.

INDICADORES

Indicador Geral: Número de HIS construídas sob padrões aperfeiçoados de ventilação e iluminação naturais.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	147	7425

Indicador específico 2: Norma estabelecendo medidas de ventilação e iluminação naturais aperfeiçoadas em empreendimentos habitacionais de interesse social.

2021	2022	2023	2024
publicada	publicada em 2021	publicada em 2021	publicada em 2021

Indicador indisponível:

- Índice de satisfação em análises pós ocupações.

ANÁLISE COMPLEMENTAR

Quantidade de UH com obras em andamento:

- SEHAB/CFT/PROJ: Dômenico, 161; Esmeralda, 330; OUCAE G3, 894; Coliseu, 272; WPA, 105; JD Colombo, 238; Paladino. 1.035; Sanfona, 399.
- SEHAB/MANANCIAS: Diversos empreendimentos, 4.081.

AÇÃO 6 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Fomentar a redução das distâncias casa-trabalho de modo a minimizar a demanda por serviços de transporte.

Efetivar os objetivos estratégicos III e XIV, art. 7º, do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014), que versam sobre a redução da necessidade de deslocamento moradia-local de trabalho e sobre o fomento de atividades econômicas sustentáveis visando à redistribuição equitativa das oportunidades de trabalho e renda no território do município. Para tanto, as seguintes estratégias deverão ser priorizadas:

- Viabilização dos Eixos de Estruturação Urbana, evitando espraiamento urbano e promovendo adensamento de áreas próximas à oferta de transporte e aproximação trabalho-moradia;
- Aplicação combinada de instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o Parcelamento, Edificação e Urbanização Compulsórias (PEUC) e o IPTU progressivo, de maneira a desacelerar a retenção especulativa dos terrenos nas áreas centrais, aumentando a oferta de lotes para habitação popular;
- Implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, com ações específicas que fortaleçam as vocações territoriais, em especial atividades que fomentem uma abordagem circular e de baixo carbono;
- Fomentar e garantir a aplicação da cota de solidariedade conforme Art. 111. da mesma Lei 16.050/2014.

ÓRGÃO LÍDER

SMDT

ÓRGÃO DE APOIO

SMUL

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2032)

META

Até 2030, ampliar a oferta de empregos formais nas regiões do município de São Paulo com maior déficit.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Relação da oferta de empregos formais por população economicamente ativa no MSP, por região (un/hab).
- Número de postos de trabalho por distrito - SMDT/IBGE.
- Tempo médio de viagem casa-trabalho (minutos).

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A revisão do Plano Diretor de São Paulo incorporou a ampliação do raio de influência para construção de prédios mais altos com Habitação de Interesse Social (HIS), passando de 600 m para 700 m em torno de estações de transporte e de 300 m para 400 m em corredores de ônibus. Essa medida favorece a produção de moradia acessível em áreas centrais e bem conectadas, promovendo o adensamento com infraestrutura e reduzindo a distância entre casa e trabalho. Com isso, busca-se conter a dispersão urbana e garantir melhor acesso da população de baixa renda às oportunidades da cidade.
 - A implantação do transporte aquático em São Paulo reduziu drasticamente o tempo de deslocamento entre o Cantinho do Céu e o Mar Paulista, na região da represa Billings. O trajeto, que antes levava cerca de 1h20 de ônibus, agora é realizado por dois barcos em apenas 12 e 17 minutos. A medida encurta a distância funcional entre casa e trabalho para milhares de moradores, melhora o acesso a serviços e oportunidades e promove uma mobilidade mais eficiente, acessível e sustentável, especialmente em áreas periféricas historicamente desconectadas da malha urbana.
-

AÇÃO 7 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Aumentar a atratividade do sistema municipal de ônibus de maneira a promover esse modo de transporte.

Aumento da qualidade da prestação do serviço de transporte, objetivando a transferência modal de passageiros do transporte individual motorizado para o transporte público, reduzindo assim as emissões geradas por automóveis e motocicletas. Para isso, diversas melhorias no sistema devem ser implementadas, como a disponibilidade de informação atualizada e adequada, adoção de medidas que aumentem o conforto e acessibilidade dos veículos, entre outros. A ação incluirá, entre outras, as seguintes estratégias:

- Ampliação dos corredores de ônibus, com o fim de atingir a meta de extensão total estipulada no PlanMob e melhoria do desempenho dos corredores já existentes;
- Oferecer ao cidadão informação em tempo real sobre lotação dos ônibus municipais;
- Disponibilizar ponto de recarga e tomada USB em 100% da frota de ônibus municipais;
- Disponibilizar Ar-Condicionado em 100% da frota de ônibus municipais.

ÓRGÃO LÍDER

SMT SPTrans

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2040)

META

Até 2030, 70% das viagens no Município serão feitas em transporte coletivo ou em modos ativos. Em 2040, serão 72% das viagens e, em 2050, 78%.

INDICADORES

Indicador geral 1: Proporção de viagens realizadas em transporte coletivo ou em modos ativos no município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	67,07%	Não disponível

Indicador específico 1: Índice de Qualidade do Transporte (IQT).

2021	2022	2023	2024
74%	79,76%	77,83%	78,14%

Indicador específico 2: Proporção de ônibus que possuem pontos de recarga para eletrônicos, ar-condicionado e Wi-fi (%).

2021	2022	2023	2024
32%	34%	58%	83%

Indicador específico 4: Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (%).

2021	2022	2023	2024
32%	34%	57,6%	100%

Indicador indisponível:

- Proporção de ônibus com informação de lotação em tempo real (%)

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A frota de ônibus conta com 6.268 veículos com elevador + 7.009 veículos com piso baixo, totalizando 13.277 veículos, que representa 100% da frota patrimonial cadastrada.
-

AÇÃO 8 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Fomentar o uso da bicicleta como meio usual de transporte, por meio da expansão da infraestrutura e estratégias de sensibilização e comunicação.

Fomentar o uso da bicicleta a partir de medidas de expansão da infraestrutura existente e de sensibilização e comunicação para a promoção desse modo de transporte. As ações e investimentos para estímulo do uso da bicicleta deverão sempre considerar as especificidades e demandas de cada região e uma abordagem inclusiva que garanta a segurança e acessibilidade a todos, mas principalmente mulheres, jovens e populações mais vulneráveis. Para tanto, a ação contempla as seguintes estratégias:

- Ampliação de ciclovias e ciclofaixas em todo o território do Município, com o fim de atingir a meta estipulada no PlanMob, a partir de consultas e análises técnicas para a definição dos locais e fases de implementação;
- Implantação de bicicletários em todos os terminais de ônibus (municipais e metropolitanos);
- Instalação de paraciclos em todos os edifícios próprios municipais;
- Ampliação da cobertura do sistema de compartilhamento de bicicletas nos 96 distritos do município, conforme Resoluções do Comitê Municipal de Uso do Viário (CMUV) 22, 23, 24 e 25 de 2019;
- Realização de campanhas de comunicação, educação e mobilização social para promover o uso de bicicletas;
- Melhoria da sinalização informativa para ciclistas.

ÓRGÃO LÍDER

SMT CET

ÓRGÃO DE APOIO

SMT, SETRAN, SPTRANS

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2032)

META

- Até 2030, aumentar participação na matriz modal das viagens realizadas em bicicletas de 0,8% (2017) para 4% (2030), 6% (2040) e 8% (2050);
- Até 2030, ampliar a infraestrutura cicloviária de acordo com as metas estabelecidas no PlanMob.

INDICADORES

Indicador geral 2: Somatório da extensão de ciclovias implantadas (km).⁴

2021	2022	2023	2024
52,2km	56,7km	88,82km	110,83km

Indicador geral 4: Somatória do número de paraciclos instalados nos equipamentos municipais (un).

2021	2022	2023	2024
2.517	2.517	2.517	3319

Indicador geral 5: Somatória do número de Bicicletários instalados nos equipamentos municipais (un).

2021	2022	2023	2024
71	71	71	72

Indicador específico 1: Número de acidentes de bicicleta.

2021	2022	2023	2024
332	1.781	1.627	696

Indicadores indisponíveis:

- **Indicador geral 1:** Participação da bicicleta na matriz modal de viagens (%).
- Índice de Conectividade da Rede Ciclovária.

4: os valores reportados para o relatório publicado em 2024 foram corrigidos neste ciclo.

AÇÃO 9 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Promover a substituição gradativa das frotas de ônibus municipais para veículos zero emissões.

Substituição anual de ônibus por modelos com menor emissão até atingir zero emissões nos termos da Lei 16.802/2018 e dos contratos de operação da PMSP com as empresas de ônibus operadoras do sistema.

ÓRGÃO LÍDER

SMT SPTrans

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2040)

META

- Até 2028, atingir 50% dos ônibus municipais zero emissões e 100% até 2038 (Lei 16.802/2018);
- Até 2028, reduzir as emissões de poluentes atmosféricos (material particulado – 90%, NOx – 80% e CO2 fóssil – 50%) em relação ao ano base 2016 (Lei 16.802/2018), conforme determinações da Política Municipal de Mudança do Clima, com impacto na melhoria da qualidade do ar e promovendo a gestão eficiente da frota de ônibus que presta serviço de transporte público no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Proporção de veículos substituídos no transporte público adotando tecnologia zero emissões em relação ao total da frota.⁵

2021	2022	2023	2024
1,61%	1,66%	2,09%	3,78%

Indicador geral 2: Emissão de GEE pela frota de ônibus municipal (tCO2e).

2021	2022	2023	2024
971.388,64	1.049.816,65	1.077.054,47	967.319,00

Indicador geral 3: Emissão de material particulado pela frota de ônibus municipal (ton).

2021	2022	2023	2024
28,7	24,48	21,89	19,32

Indicador geral 4: Emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipal (ton).

2021	2022	2023	2024
2.686,64	2.601,17	2.555,83	2.301,00

5: os valores reportados para o relatório publicado em 2024 foram corrigidos neste ciclo.

AÇÃO 10 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Instituir Zona Zero Emissão no perímetro do Minianel Viário.

Instituição de áreas de zero emissões a partir da restrição e desincentivo de uso de veículos a combustão na área delimitada pelo Minianel Viário. A instituição da Zona Zero Emissão deverá ser progressiva, podendo ser baseada na compreensão do perfil das viagens de passageiros e cargas que acessam o perímetro de intervenção. A ação incluirá, dentre outras, as seguintes atividades:

- Mapeamento de áreas prioritárias com altos índices de poluentes locais;
- Escalonamento de áreas, partindo do centro no programa Sexta Sem Carro, região da rótula e contra-rótula e expansão progressiva aos limites do Minianel Viário;
- Análise comparativa de práticas anteriores de restrição de veículos implementadas internacionalmente;
- Consultas locais e levantamento de informações dos perfis de usuários do transporte público e privado nas áreas de interesse;
- Implementação de projetos-piloto para definição de parâmetros de operação da Zona Zero Emissão, incluindo o monitoramento de sua operação;
- Implantação/requalificação de infraestrutura para a mobilidade ativa na área da(s) intervenção(ões);
- Elaboração de legislação específica estabelecendo a Zona Zero Emissão e previsões para expansão/replicabilidade em outras áreas.

ÓRGÃO LÍDER

SMT CET

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2025-2032)

META

- Até 2030, instituir legalmente e sinalizar Zona Zero Emissão no município de São Paulo;
- Até 2030, estimativa de redução de 10% das emissões do transporte de carga.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- **Indicador geral 1:** Zona Zero Emissão no Município de São Paulo instituída por lei.
- **Indicador geral 2:** Redução das emissões do transporte de carga (%).
- **Indicador específico 1:** Quantidade de veículos que transitam na Zona Zero Emissão, por tecnologia.
- **Indicador específico 2:** Concentração de poluentes locais na Zona Zero Emissão (MP2.5, MP10, NOx, SOx, O3).
- **Indicador específico 3:** Sinalização Zero Emissão implantada nas vias especificadas pela legislação.

AÇÃO 11 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Garantir que 100% da frota utilizada pela Prefeitura (ou terceirizada) seja zero emissões em 2040.

A Prefeitura de São Paulo deverá utilizar o seu poder de indução do mercado de maneira a incentivar a indústria automobilística e dar exemplo para a sociedade na transição para uma frota zero emissões na cidade. A ação objetiva a substituição de 50% da frota própria ou terceirizada para veículos zero emissões até 2030 e de 100% da frota em 2040.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2025-2040)

META

- Até 2030, 50% da frota que presta serviços à PMSP deve ser zero emissões;
- Até 2040, 100% da frota que presta serviços à PMSP deve ser zero emissões.

INDICADORES

Indicador específico: Quantidade de viaturas com tecnologia de baixo carbono na frota veicular da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

2021	2022	2023	2024
0	0	0	50

Indicadores indisponíveis:

- Proporção de veículos próprios da PMSP que adotam tecnologia zero emissões (%).
- Proporção de veículos terceirizados que adotam tecnologia zero emissões para prestação de serviços à PMSP (%).
- Proporção de veículos zero emissões que prestam serviços à PMSP (%).

AÇÃO 12 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Instituir legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissões dentro do perímetro da cidade.

Criação de mecanismos de fomento aos serviços de entregas por veículos pequenos ou de micro mobilidade dentro do Município, para que seja feito com veículos zero emissões.

ÓRGÃO LÍDER

SMT

ÓRGÃO DE APOIO

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2025-2032)

META

Até 2030, elaborar legislação de incentivo à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissão no território do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com veículos zero emissão no território do Município de São Paulo.
- Proporção de veículos para transporte de carga fracionada zero emissão no Município de São Paulo (%).

AÇÃO 13 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Implantação de uma rede de miniterminais logísticos (MTL) em parceria com a iniciativa privada.

Dotar a cidade de modelo de abastecimento que proporcione maior racionalidade e eficiência na distribuição de bens e no uso da infraestrutura viária, contribuindo para redução das emissões de GEE, sem interferir na mobilidade das pessoas. Para tanto, a ação prevê a reestruturação da logística de abastecimento para a melhoria do trânsito e a requalificação do ambiente urbano.

O modelo visa à maior eficiência logística e ambiental, por meio da consolidação da carga, roteirização e programação das entregas, a partir de uma rede de Miniterminais Logísticos implantados em parceria com a iniciativa privada, nas centralidades e áreas com grande demanda de carga.

Com o modelo proposto, é possível reduzir o número de caminhões em circulação, os congestionamentos e a emissão de poluentes, resultando em aumento da mobilidade e da produtividade nas operações logísticas, além de mais entregas em menor tempo e com menor custo.

A ação prevê também a adoção intensiva de tecnologia de rastreamento e roteirização, aliada à consolidação da carga urbana em terminais logísticos e o compartilhamento de veículos de carga, para obter redução de emissão de poluentes, custos logísticos e congestionamentos, aumentando a eficiência das entregas e coletas.

ÓRGÃO LÍDER

SMT

ÓRGÃO DE APOIO

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2025-2032)

META

Até 2030, entregar ao menos um estudo de viabilidade para implantação de rede de Miniterminais Logísticos no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Número de estudos para implantação de rede de miniterminais logísticos no Município de São Paulo.

- Número de parcerias para implantação de rede de miniterminais logísticos.
- Número de miniterminais logísticos implantados.

AÇÃO 14 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Aperfeiçoar a regulamentação sobre compartilhamento, estacionamento e recarga de veículos elétricos ou zero emissões.

Regulamentação sobre compartilhamento, circulação, estacionamento e recarga de veículos zero emissões destinados a transporte individual. As seguintes ações complementares deverão ser consideradas:

- Instituir regulamentação de compartilhamento de carro elétrico;
- Desenvolver estudo para instalação de infraestrutura de recarga para veículos elétricos;
- Modificar a legislação de uso e ocupação do solo, bem como a legislação edilícia, para prever o abastecimento de veículos elétricos em edificações ou empreendimentos.

ÓRGÃO LÍDER

SMT

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2028)

META

Até 2030, promover a regulamentação do compartilhamento de veículos elétricos no Município de São Paulo; Reduzir a participação de automóveis movidos a combustíveis fósseis na frota total da cidade a 35% em 2030, a 20% em 2040 e a 5% em 2050.

INDICADORES

Indicador geral 2: Participação de automóveis movidos a combustíveis fósseis (%) na frota total da cidade.

2021	2022	2023	2024
94,32	94,44	94,57	96,76

Indicador específico 1: Participação de veículos elétricos no total da frota circulante no município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
0,03	0,05	0,1	0,24

Indicador indisponível:

- Regulamentação de compartilhamento de veículos elétricos.

AÇÃO 15 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Universalizar a cobertura do serviço de coleta seletiva de resíduos secos.

Universalização da cobertura do serviço de coleta seletiva (Pontos de Entrega Voluntária, domiciliar -porta a porta), em alinhamento com as seguintes ações:

- Aumentar a capacidade de tratamento de resíduos das cooperativas;
- Mobilizar esforços no sentido de expandir a absorção pela indústria do resíduo reciclado.

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB/ SPREGULA

ÓRGÃO DE APOIO

SELIMP

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2028)

META

Até 2030, diminuir em 50% a destinação de resíduos sólidos recicláveis aos aterros sanitários.

INDICADORES

Indicador específico 1: Cobertura de coleta seletiva do Município de São Paulo (%).⁶

2021	2022	2023	2024
76%	76%	76%	100%

Indicador específico 2: Rejeitos de coleta seletiva no Município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
42%	37%	47%	31%

Indicador específico 3: Número de Pontos de Entrega Voluntária (PEV).

2021	2022	2023	2024
Não reportado	Não reportado	Não reportado	1002

Indicador específico 4: Número de Ecopontos.

2021	2022	2023	2024
Não reportado	Não reportado	Não reportado	129

Indicador específico 5: Emissões de gases de efeito estufa resultantes do tratamento de resíduos sólidos (tCO2e)

2021	2022	2023	2024
584032,93	533151,66	582286,37	Não disponível

Indicador específico 6: Catadores cooperados cadastrados no sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	990

Indicador indisponível:

- Quantidade, em toneladas, de resíduos sólidos recicláveis enviados aos aterros.⁷

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A coleta seletiva do Município hoje atinge 100% de cobertura das vias

6: Houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois os dados relatados pela Secretaria líder se tratam da cobertura de coleta seletiva na cidade, e não do índice de coletada.

7: o valor do indicador foi reportado, mas está em processo de validação e verificação da metodologia para o cálculo.

AÇÃO 16 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Maximizar os processos de compostagem.

A ação visa a ampliar a quantidade de resíduos orgânicos tratados por processos de compostagem, antecedendo à biodigestão sempre que possível e produzindo composto que poderá ser destinado para as ações que envolvam o plantio e manutenção de áreas verdes públicas. Essa expansão será realizada por meio das seguintes atividades:

- Implantar a compostagem em 100% das escolas da rede de ensino municipal até 2025;
- Expandir o Programa Feiras e Jardins Sustentáveis;
- Expandir a compostagem dos resíduos de poda das áreas verdes municipais, contribuindo para alcançar, em 2030, o desvio de 100% desses resíduos para métodos alternativos de tratamento;
- Implantar o programa de incentivo à compostagem na origem (in situ) em residências, estabelecimentos comerciais e escritórios, com adequado apoio técnico público e privado, por subprefeitura;
- Ampliar as ações de incentivo e orientação para uso da compostagem em domicílios, garantindo o atingimento da meta de retenção de 33% de todo o resíduo orgânico gerado nos domicílios, conforme estabelecido pelo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS, 2014).

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB/ SPREGULA

ÓRGÃO DE APOIO

SELIMP

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2028)

META

- Até 2030, universalizar os processos de compostagem de resíduos orgânicos de feiras e poda municipal no município de São Paulo;
- Até 2030, aumentar a capacidade dos pátios de compostagem para 100 mil toneladas por ano.

INDICADORES

Indicador geral 2: Capacidade dos pátios de compostagem (ton).

2021	2022	2023	2024
15.600	15.600	15.600	15.600

Indicador específico 1: Resíduos orgânicos recebidos das feiras livres destinados à compostagem (ton).⁸

2021	2022	2023	2024
11.431	7.315	6.769	4.922

Indicador específico 2: Quantidade de composto produzido pelo Projeto de Compostagem Feiras e Jardins Sustentáveis (t).

2021	2022	2023	2024
2.286	1.468	1.354	984

Indicador específico 3: Proporção de feiras livres, atendidas pelo Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis (%).

2021	2022	2023	2024
21,5	22	22,5	26

Indicador específico 6: Emissões de gases de efeito estufa resultantes do tratamento de resíduos sólidos (tCO₂e).⁹

2021	2022	2023	2024
584.03,93	533.151,66	582.286,37	Não disponível

Indicadores indisponíveis:

- Unidades escolares com programa de compostagem implementado no Município de São Paulo (un).
- Proporção de resíduos orgânicos de feiras e poda municipal destinados à compostagem.¹⁰
- Resíduos sólidos urbanos desviados de aterros sanitários (t).¹¹

8: o dado do indicador refere-se aos quantitativos orgânicos recebidos de feiras livres.

9: para o cálculo das emissões de GEE, calculou-se a emissão do resíduo no decorrer de 30 anos e somou-se os valores.

10: o valor do indicador foi reportado, mas está em processo de validação e verificação da metodologia para cálculo.

11: o valor do indicador foi reportado, mas está em processo de validação e verificação da metodologia para o cálculo.

AÇÃO 17 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Implantar ecoparques.

Ecoparque é o local para tratamento mecânico e biológico de resíduos sólidos urbanos, integrando diferentes tecnologias para a segregação e tratamento das diversas frações contidas no resíduo. Esse tratamento visa à máxima recuperação dos resíduos secos e orgânicos e à redução do volume de rejeitos a serem conduzidos à disposição final em aterros, seja com tecnologias de geração de energia, compostagem, recuperação dos recicláveis, destinação adequada dos rejeitos e outros tratamentos existentes no mercado.

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB/ SPREGULA

ÓRGÃO DE APOIO

SELIMP

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2050)

META

Até 2050, implantar quatro ecoparques para gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 4: Quantidade (ton) de resíduos de poda enviados para aterros.

2021	2022	2023	2024
62.778	61.566	68.648	64.006

Indicador geral 5: Resíduo orgânico destinado à compostagem (ton).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	4.922

Indicador geral 6: Quantidade (ton) de resíduos de alimentares enviados para aterros.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	1.628.539

Indicadores indisponíveis:

- Ecoparques implantados no Município de São Paulo (un).
- Proporção de resíduos sólidos urbanos tratados em ecoparque no Município de São Paulo (%).

-
- Emissões GEE mitigadas pelo tratamento de papel, plástico, vidro, entulho e madeira (tCO2e).
 - Energia gerada em ecoparques do Município de São Paulo (MWh)
 - Percentual de reciclagem do total de papel gerado do município.¹²
 - Percentual de reciclagem do total de plástico gerado no município.¹³

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- Os ecoparques estão em processo licitatório/licenciamento.

12: o valor do indicador foi reportado, mas está em processo de validação e verificação da metodologia para o cálculo.

13: o valor do indicador foi reportado, mas está em processo de validação e verificação da metodologia para o cálculo.

AÇÃO 18 | Rumo ao Carbono Zero em 2050

Incluir no mandato da Autoridade Hídrica Municipal, em processo de estruturação, a realização de reporte periódico de dados de operação e de monitoramento de atividades geradoras de gases de efeito estufa, especialmente em relação a esgoto, pela concessionária dos serviços de água e esgoto.

Estabelecer rotina de envio de informações acerca das atividades emissoras de GEE decorrentes dos processos de saneamento básico no Município de São Paulo, de modo que seja possível acompanhar a minimização dessas emissões e as melhorias de eficiência que essas informações demonstram (por exemplo, os fatores de emissão relativos às estações de tratamento de esgoto, estações de tratamento de esgotos - ETE, monitoramento da eficiência da captura de metano, a carga orgânica remanescente nos efluentes de ETE lançados em corpos d'água etc).

ÓRGÃO LÍDER

SMUL

ÓRGÃO DE APOIO

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2030, ampliar o monitoramento e a eficiência da redução dos fatores de emissão GEE nas ETE que prestam serviço ao Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Elaboração, pela Autoridade Hídrica Municipal, de norma estabelecendo a obrigatoriedade do reporte periódico dos dados de operação e monitoramento de atividades geradoras de GEE pela concessionária de serviços de esgotos no Município de São Paulo.
- Relatórios de reporte periódico dos dados de operação e monitoramento de atividades geradoras de GEE, especificamente para o Município de São Paulo, desenvolvidos.
- Fatores de emissão das ETE, em relação aos efluentes provenientes do Município de São Paulo.
- Carga orgânica remanescente nos efluentes de esgoto do Município de São Paulo (DBO).
- Eficácia das ETE que prestam serviços ao Município de São Paulo na captura de metano (%).

- Produção de energia nas ETE que prestam serviços ao Município de São Paulo (kWh).
- Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).

ANÁLISE COMPLEMENTAR

A Autoridade Hídrica Municipal de São Paulo foi consolidada pela instituição da Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas - Decreto nº 62.690/2023, bem como criação do Comitê Municipal de Segurança Hídrica - CSH – Decreto nº 64.175/2025. No entanto, ainda não incorporadas atividades referentes ao monitoramento de dados de operação e de monitoramento de atividades geradoras de gases de efeito estufa, especialmente em relação a esgoto, pela concessionária dos serviços de água e esgoto.

AÇÃO 19 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Promover a melhoria da qualidade ambiental do Município de São Paulo na perspectiva dos impactos da mudança do clima.

A PMSP deve empreender ação política, compatível com a dimensão de sua potencialidade e de seus problemas, no combate à poluição do ar e das águas, à contaminação dos solos e das águas subterrâneas, à deterioração da biodiversidade e à degradação ambiental em todas as suas formas. Deve, ainda, apoiar a constante melhoria dos padrões de qualidade do ar, das águas e do solo, atualizados segundo o conhecimento disponível, fortalecendo e expandindo os sistemas de monitoramento ambiental em parceria com outros níveis de governo, academia e organizações da sociedade civil.

Apesar do Município não deter competência sobre muitos dos parâmetros de gestão dos recursos naturais, poderá liderar agendas, como a de qualidade do ar, gestão de resíduos sólidos e gestão das áreas contaminadas, integrando os dados produzidos e utilizando-os para subsidiar a tomada de decisão em diferentes setores ou instituições.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Longo Prazo (2021–2050)

META

Até 2025, melhorar os índices de avaliação da qualidade ambiental no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Índice de Qualidade da Água (IQA - Cetesb).

2021	2022	2023	2024
Regular	Ruim	Ruim	Não disponível

Indicador específico 1: Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público (IAP - Cetesb).

2021	2022	2023	2024
Ruim	Ruim	Regular	Não disponível

Indicador específico 2: Índice Qualar para Partículas Inaláveis Finas (MP2.5) (Cetesb).

2021	2022	2023	2024
Boa	Boa	Boa	Boa

Indicador específico 3: Áreas contaminadas reabilitadas no Município de São Paulo (un) (Cetesb).

2021	2022	2023	2024
1.940	2.501	2.580	2639

Indicador específico 4: Criação de base dados relacionada aos acidentes com produtos perigosos no Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Sim	Sim	Sim	Sim

Indicadores indisponível:

- Ampliação do cadastro de áreas contaminadas nos bancos de dados do Município de São Paulo, atrelado à atualização do Sistema de Fontes de Poluição (Sipol – Cetesb).
 - Índice Biosampa.
-

AÇÃO 20 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Aperfeiçoar o monitoramento da aplicação, eficiência e eficácia dos instrumentos urbanísticos utilizados com a finalidade de promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos impactos da mudança do clima, bem como a adoção de fontes renováveis de energia e a construção sustentável.

Avaliação crítica da aplicação dos instrumentos urbanísticos ambientais em consonância com o objetivo XI, art. 7º, do PDE, que versa sobre a mitigação de fatores antropogênicos e a adaptação aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas. A partir de um monitoramento consistente, eventuais revisões e ajustes deverão ser propostos.

ÓRGÃO LÍDER

SMUL

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2028)

META

Até 2030, ampliar e garantir o monitoramento dos instrumentos urbanísticos do Município de São Paulo que têm foco em ações de adaptação e mitigação à mudança do clima.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Requisitos de sustentabilidade apontados no art. 7º, inciso XI, do PDE (Lei 16.050/2014), incorporados à legislação urbanística.
- Número de equipamentos públicos construídos ou reformados, sob princípios construtivos apoiados na mitigação de gases de efeito estufa ou na adaptação aos impactos da mudança do clima.
- Evolução populacional das Macroáreas definidas no PDE.
- Evolução da designação dos recursos do FUNDURB por setorial.
- Regulamentação do art. 119 da Lei Municipal 16.050/2014
- Regulamentação do art. 16 do Decreto Municipal 57.656/2016

ANÁLISE COMPLEMENTAR

Em relação à incorporação dos requisitos de sustentabilidade apontados no art. 7, inciso XI, na legislação urbanística, houve significativo avanço na parte que tange à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por meio das seguintes legislações:

- Decreto 63.423 de 21 de maio de 2024 que aprovou a Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização do Município de São Paulo.
- Decreto nº 63.884 de 15 de novembro de 2024 de regulamentação da revisão e

alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo - LPUOS no qual constam critérios para aplicação da Carta Geotécnica, implantação de faixas ajardinadas com cobertura vegetal, plantio de árvores, entre outros.

AÇÃO 21 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Incrementar o provimento habitacional para população de baixa renda.

Aumento da oferta de Habitação de Interesse Social (HIS) para as camadas sociais de mais baixa renda, segundo diretrizes do Plano Municipal de Habitação (Projeto de Lei n. 619/16), adotando soluções sustentáveis da construção civil, como medidas obrigatórias de eficiência energética, economia de água e aquecimento solar. As novas unidades devem priorizar locais de infraestrutura consolidada, próximas a equipamentos públicos existentes e utilizar de mão de obra local na requalificação ou construção das habitações. As seguintes estratégias foram identificadas como importantes para o desenvolvimento da ação:

- Adotar a mediação de conflitos como estratégia de provimento de habitação de interesse social;
- Fortalecer a implementação da cota de solidariedade para ampliação de produção de HIS;
- Urbanizar assentamentos precários de maneira participativa, incluindo a população no planejamento dos projetos.

ÓRGÃO LÍDER

SEHAB

PRAZO DA AÇÃO

Longo Prazo (2021–2050)

META

Até 2050, ampliar o provimento habitacional para baixa renda no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Somatória do número de unidades habitacionais entregues por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas (un).¹⁴

2021	2022	2023	2024
10.493	18.135	31.688	51.000

Indicador específico 2: Procedimentos de regularização fundiária (un).¹⁵

2021	2022	2023	2024
8.168	18.015	109.938	224.710

Indicador indisponível:

- Deficit habitacional em relação ao total de domicílio (%)

14: os valores anteriores a 2024 foram corrigidos conforme a Meta 12 do Plano de Metas.

15: os valores anteriores a 2024 foram ajustados e acumulados conforme o PdM 2021-2024.

AÇÃO 22 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Aumentar a área permeável dos equipamentos e espaços públicos novos e existentes.

Aumento das áreas permeáveis e parcialmente permeáveis em edificações e espaços públicos sob administração da Prefeitura de São Paulo, com adoção de soluções baseadas na natureza (SbN). Em áreas com limitações de espaços, a ação prevê análises de viabilidade para implementação de pavimentos permeáveis e aumento de áreas verdes no leito carroçável. Entre as medidas de soluções construtivas tradicionais, há desde a guia e sarjeta com boca de lobo até o piscinão, e das soluções baseadas na natureza, há a arborização urbana, telhados verdes, cisternas, biovaletas etc.

As seguintes atividades preliminares foram identificadas como parte da ação:

- Criação de diretrizes e critérios para aumento da permeabilidade, para adoção da administração pública municipal em todas as obras e serviços;
- Elaboração de Manual de Soluções de Drenagem Sustentável identificando medidas ou dispositivos de retenção e infiltração e materiais aplicáveis às diferentes tipologias de edificação e espaços públicos;
- Inclusão sistemática dos critérios e soluções identificados no Manual de Soluções de Drenagem Sustentável nas contratações de obras e serviços pelos órgãos municipais, compreendendo a regulamentação necessária.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021-2032)

META

Até 2025, ampliar a permeabilidade nos equipamentos e espaços públicos municipais.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Número de equipamentos e espaços públicos que receberam intervenções para aumento da permeabilidade (un).
- Área permeável em equipamentos e espaços públicos no município de São Paulo.
- Incremento acumulado de área permeável em equipamentos e espaços públicos do Município de São Paulo (%).

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A ação está em andamento, mas não foram disponibilizados dados pela SIURB, pois os valores executados pelo SPOBRAS não foram consolidados para o reporte anual.

AÇÃO 23 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Incrementar o uso de soluções baseadas na natureza (SbN) nas obras da infraestrutura de drenagem.

As obras de engenharia da infraestrutura de drenagem demandam dimensionamento hidráulico, que é prejudicado pela incerteza nas previsões climáticas para São Paulo. Além dessa incerteza, e considerando que os Cadernos de Drenagem (ligados ao Plano Diretor de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais) já passaram a incorporar chuvas com período de retorno de 100 anos, a conciliação da infraestrutura cinza das obras tradicionais com as soluções baseadas na natureza desponta como solução que aumenta a flexibilidade da gestão da drenagem em São Paulo, contribuindo para a minimização dos alagamentos e inundações. Além disso, a infraestrutura verde-azul é permeável, favorecendo os processos naturais de recarga dos aquíferos, e apoia o arrefecimento da temperatura. Por outro lado, é necessário transformar a cultura de projeto hoje existente na perspectiva do aumento da temperatura e o potencial de contribuição das estruturas de concreto para isso.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

ÓRGÃO DE APOIO

SMSUB

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2041-2050)

META

Até 2025, levantar os logradouros públicos potenciais e prioritários com vocação para projetos SbN e incorporar práticas SbN nas obras públicas de drenagem.

INDICADORES

Indicador geral 1: Levantamento de logradouros públicos potenciais e prioritários com vocação para projetos que incorporem SbN.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	Realizado

Indicador específico 1: Plano Diretor de Drenagem e Águas Pluviais contendo medidas de soluções baseadas na natureza aprovado.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Realizado	Realizado	Realizado

Indicador específico 2: Número de projetos de drenagem implantados que incorporem SbN.¹⁶

2021	2022	2023	2024
1	1	3	5

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A respeito do indicador geral 1, nos Cadernos de Drenagem há uma parte dedicada para a análise de potencial de implantação de medidas de drenagem sustentáveis, no entanto, é abordado o território total da bacia hidrográfica, não diferenciando de logradouros públicos ou particulares. Discriminando áreas prioritárias com vocação para a implantação de projetos que consideram soluções baseadas na natureza. Porém, especificamente para os casos de projetos SbN previstos na 2ª Edição do Plano Diretor de Drenagem, salienta-se os estudos de titularidade de área pública foram realizados somente para o Pq. Linear Tapera. Para o Pq. Linear Jaguaré (JG-02) foi realizado o estudo de titularidade, porém para área particular. E para o Parque Linear Pirajuçara (PPI-1) os estudos de titularidade não foram iniciados. Para o caso dos reservatórios do Núcleo Reserva do Ribeirão Perus, os estudos de titularidade foram realizados antes do início das obras, anterior a 2022.
- A respeito do indicador específico 1, em casos específicos onde é possível a implantação de SbN para a mitigação das manchas de inundação na bacia hidrográfica é prevista a implantação de parques lineares com função de reservação da água. Para a 2ª. Edição do Plano Diretor de Drenagem é considerada a implantação do Parque Linear Tapera, Parque Linear Pirajuçara (PPI-1) e Parque Linear Jaguaré 2 (JG 02).

16: houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois conforme relatado pela Secretaria Líder, os dados disponíveis abrangem todo o município, dessa forma, não há dados acerca da incorporação de SbN por distrito.

AÇÃO 24 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Requalificar os espaços públicos viários de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência.

Implementação de intervenções urbanísticas em logradouros públicos, redesenhando as vias com a finalidade de melhorar a caminhabilidade e o bem-estar do pedestre. Integra soluções baseadas na natureza (SbN), como arborização, jardins de chuva etc., que beneficiam o conforto térmico, aumentam a permeabilidade e favorecem a drenagem pluvial. Viabiliza espaço para a circulação e para atividades ao ar livre, cultura, convivência, recreação, arte e lazer. Melhora a segurança para os pedestres. Proporciona condições de melhoria para outros modos de mobilidade ativa. As seguintes ações complementares deverão ser consideradas:

- Requalificar 4,5 milhões de metros quadrados de calçadas;
- Adotar a prioridade efetiva para os pedestres, estabelecendo travessias mais seguras, com os tempos semaforicos adequados e suficientes, de modo a contemplar e incluir também as pessoas com mobilidade reduzida;
- Requalificar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), considerando as mudanças do clima e os riscos climáticos;
- Adotar a estratégia territorial de reforço do desenvolvimento das centralidades.

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB

ÓRGÃO DE APOIO

SPTRANS

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2050)

META

Até 2030, 70% das viagens no município serão feitas em transporte coletivo ou em modos ativos. Em 2040, serão 72% das viagens e, em 2050, 78%.

INDICADORES

Indicador geral 1: Proporção de viagens realizadas em transporte coletivo ou em modos ativos no município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	67.07	Não disponível

Indicador específico 1: Somatória da área de calçadas requalificadas por ano (m²).

2021	2022	2023	2024
238.674	332.744	656.908	1.044.800

Indicador específico 2: Somatória da extensão de vias recapeadas (km).

2021	2022	2023	2024
190	468	2.690,47	4.050,30

Indicador indisponível:

- Tempo semafórico por largura de leito carroçável por tipo de via.
-

AÇÃO 25 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Mapear zonas críticas inundáveis, adotando a perspectiva da ocorrência de eventos climáticos extremos e objetivando sua incorporação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Mapeamento de zonas críticas inundáveis com vistas à revisão e harmonização das legislações referentes à ocupação do solo, dado o acirramento dos impactos dos eventos climáticos extremos. O mapeamento contemplará a identificação de zonas de passagem das cheias (não edificáveis) e das zonas de convivência com as cheias, para chuvas com período de retorno de 100 anos. Para tanto, a ação demandará uma coordenação intersecretarial para revisão das restrições ambientais, construtivas e de drenagem nessas áreas. As seguintes atividades preliminares foram identificadas como parte da ação:

- Elaboração de projeto-piloto com o mapeamento de uma bacia hidrográfica selecionada identificando no processo os procedimentos necessários para o mapeamento do restante da cidade e homogeneização de entendimentos e conceitos utilizados pelas diferentes secretarias envolvidas;
- Elaboração de recomendações para as zonas de convivência com as cheias, para o estabelecimento de critérios e requisitos a serem observados por particulares e pelo poder público na ocupação dessas áreas;
- Atualização das manchas inundáveis das plataformas de informação municipais (como o Geosampa);
- Revisão da legislação associada e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

ÓRGÃO LÍDER

SIURB

ÓRGÃO DE APOIO

SMUL

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2025, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo revisada, com a inclusão da análise de zonas críticas inundáveis.

INDICADORES

Indicador geral 1: Análise concluída das zonas críticas inundáveis para auxiliar no processo de Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo.

2021	2022	2023	2024
Não avaliado	Não avaliado	Não avaliado	Concluída

Indicador específico 4: Números de cadernos de drenagem publicados com o mapeamento de zonas críticas inundáveis por bacia hidrográfica do Município de São Paulo, considerando a perspectiva de ocorrência de eventos climáticas extremos.

2021	2022	2023	2024
5	6	4	8

Indicador específico 4: Recomendações para as zonas de convivência com as cheias com os critérios e requisitos a serem observados por particulares e pelo poder público na ocupação dessas áreas publicadas.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	6 cadernos	5 cadernos	1 caderno

Indicadores indisponíveis:

- Taxa de ocupação das zonas críticas inundáveis do Município de São Paulo (%).
- Área de zonas críticas inundáveis por bacia hidrográfica do Município de São Paulo, considerando a perspectiva de ocorrência de eventos climáticos extremos.

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- A respeito do indicador geral 1, nos Cadernos de Drenagem são apresentados o mapeamento das áreas inundáveis dos corpos hídricos estudados para o período de retorno de 2, 5, 10, 25 e 100 anos, além do zoneamento das áreas inundáveis para cada bacia estudada, tratando da regulamentação das áreas inundáveis através de sua incorporação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A regulamentação das áreas inundáveis pode ocorrer a partir do zoneamento dos fundos de vale, de acordo com o risco hidrológico. O zoneamento das áreas de inundação funciona como um elemento técnico a ser observado na especificação do conjunto de regras para a ocupação das áreas de risco, com o objetivo de minimizar as perdas materiais e humanas resultantes das inundações. Assim, sugere-se como diretrizes de uso e de ocupação do solo, a serem inseridos na lei de zoneamento. Ao considerar as restrições à ocupação, a legislação deve orientar os proprietários da região na adaptação dos espaços. Para isso, são estabelecidos critérios para “construções resilientes a inundações.”
- Sobre o indicador específico 4, o reservatório Tiquatira (RTQ-02) prevê a convivência com a inundação proposto no Caderno de Bacia Hidrográfica do Tiquatira, está localizado na Av. Gov. Carvalho Pinto, em uma região de vulnerabilidade muito baixa da subprefeitura da Penha. A obra auxiliará a mitigar danos em áreas de equipamento urbano vulnerável e em vias arteriais. O reservatório proposto terá a implantação dividida em duas fases de construção. Na primeira etapa, ele terá um volume a ser implantado de 122.000 m³ no córrego Tiquatira, no setor hídrico Tietê – Leste. A obra ainda inclui a adequação do Centro Esportivo e de Lazer Luiz Martinez para a convivência com as cheias.

AÇÃO 26 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Dar seguimento ao Programa Córrego Limpo.

Aumentar a cobertura de córregos beneficiados pelo Programa Córrego Limpo, visando à redução de vulnerabilidades em áreas propensas a inundações. O Programa Córrego Limpo - já implementado em 152 córregos da cidade, em parceria com a Sabesp, realiza intervenções para despoluição de córregos urbanos, avaliadas a partir do monitoramento de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) de cada córrego, a qual não deve ultrapassar 30mg/l. À Sabesp cabe a execução da infraestrutura, para regularizar a coleta de esgoto e monitoramento dos resultados. A PMSP cabe a continuidade e fortalecimento das seguintes ações:

- Zeladoria para manutenção dos resultados, como a limpeza de margens e pontos viciados de entulho;
- Articulação e coordenação das ações de canalização de córregos e de requalificação habitacional implementadas pelo Município, com o planejamento de ações estaduais, incluindo o compartilhamento e integração de sistemas de informações;
- Identificação de oportunidades de articulação do Programa com outros projetos de requalificação urbana liderados pelas diferentes pastas municipais;
- Promoção de ações de governança colaborativa a partir de ações combinadas com outros programas municipais (como, por exemplo, o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis).

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021–2040)

META

Até 2030, ampliar e fortalecer o Programa Córrego Limpo no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador específico 1: Somatória da extensão de córregos limpos (km).¹⁷

2021	2022	2023	2024
1.836,00	3.520	5.820,60	8.093,99

Indicadores indisponíveis:

- Proporção de córregos despoluídos em relação ao total de córregos poluídos identificados (%).
- Demanda Bioquímica por Oxigênio - DBO (mg/l).

17: os valores não são resultados do Programa Córrego Limpo, e sim atividades de limpezas pela Secretaria Municipal de Subprefeituras. Além disso, esse total considera a possibilidade de múltiplas limpezas no mesmo trecho ao longo do período.

AÇÃO 27 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Incluir análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação das emissões de GEE e adaptação aos impactos da mudança do clima nos empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental ou estudo de impacto de vizinhança.

Inserção da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima como requisito na elaboração de estudos: que serão submetidos ao licenciamento ambiental ou de impacto de vizinhança. A medida contribuirá para FM169, além de apoiar a eliminação das emissões de GEE.

ÓRGÃO LÍDER

SVMA

PRAZO DA AÇÃO

Curto (2021–2024)

META

Até 2025, condicionar observâncias relacionadas a ações de mitigação e adaptação à mudança do clima nas exigências do licenciamento ambiental do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima como requisito na elaboração de estudos que serão submetidos ao licenciamento ambiental.

2021	2022	2023	2024
Não iniciada	Em andamento	Em andamento	Publicada

Indicador específico 2: Resolução Cades para a inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Em andamento	Publicado

Indicador indisponível:

- Inclusão da análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima como requisito na elaboração de estudos de impacto de vizinhança.

AÇÃO 28 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.

Criação e implementação de critérios de aprovação de projetos, que exijam compatibilidade com o Plano de Ação Climática, nas propostas apresentadas aos fundos municipais (Fundurb, FMSAI e Fema); bem como buscar assegurar recursos para o financiamento de ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, considerando que essa responsabilidade é compartilhada pela gestão do Município. A seguinte ação complementar deverá ser considerada:

- Revisar a Política Municipal de Mudança do Clima (Lei 14.933/2009) para ampliar a promoção de estratégias de adaptação e incluir a utilização de recursos do Fundurb e do FMSAI, dentre outros, na implementação de medidas de mitigação e adaptação.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

ÓRGÃO DE APOIO

SVMA

PRAZO DA AÇÃO

Curto (2021–2024)

META

Até 2025, estabelecer nos fundos municipais critérios para financiamento de ações e projetos em temáticas da mudança do clima no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Adequar a legislação dos fundos municipais para a efetiva destinação de recursos financeiros às temáticas da mudança do clima.
- Gastos dos fundos municipais com temáticas da mudança do clima no Município de São Paulo (%).¹⁸
- Projetos em temáticas da mudança do clima aprovados para utilização de recursos dos fundos municipais do Município de São Paulo (%).

18: é importante esclarecer que os fundos mencionados não têm, por definição, foco exclusivo em mudanças climáticas. No entanto, muitas de suas ações apresentam interface com essa agenda, o que demonstra que o direcionamento de recursos para iniciativas climáticas já está em curso na cidade. A Ação 28 tem como objetivo aprimorar esse direcionamento, por meio da definição de critérios técnicos mais precisos. Assim, embora os gastos possam ser estimados com base nas áreas de atuação e na sua relação com o tema climático, somente será possível calculá-los com maior precisão após a definição desses critérios.

AÇÃO 29 | Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

Fortalecer a governança do Sistema Municipal de Defesa Civil para uma gestão intersetorial e transversal da redução de risco e de desastres.

Alavancar o Sistema Municipal de Defesa Civil, por meio da operacionalização do Conselho Municipal de Defesa Civil e fortalecimento das capacidades técnicas e executivas da Coordenação de Defesa Civil (Comdec), posicionando-a no organograma da Prefeitura de modo a favorecer sua articulação com os demais órgãos da municipalidade. A situação hoje existente tende a se agravar com a intensificação dos impactos da mudança do clima. O resultado esperado é a consolidação da intersetorialidade e transversalidade nas ações preventivas, emergenciais, assistenciais e recuperativas coordenadas pela Defesa Civil. A ação compreende os seguintes marcos e atividades:

- Estabelecimento de rotina de reuniões e procedimentos para o Conselho Municipal de Defesa Civil, até o final do primeiro semestre de 2021;
- Qualificação e capacitação continuada dos servidores da Comdec, a partir do início de 2021;
- Capacitação de equipes técnicas da PMSP sob a perspectiva da mudança do clima, a fim de integrar a temática de gestão de risco e desastre nas políticas e planejamentos setoriais;
- Aprimoramento dos planos intersetoriais existentes para a gestão de riscos por meio da articulação dos diferentes órgãos da administração pública municipal;
- Integração de sistemas de dados para compreensão do perfil da população de áreas vulneráveis, a fim de desenhar estratégias compatíveis com as demandas de cada região;
- Promoção da governança participativa da defesa civil e da comunicação acessível sobre as suas atividades à população, como, por exemplo, pelo fortalecimento dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), a partir de 2021;
- Elaboração de plano de aprimoramento dos sistemas de detecção e alerta precoce, incluindo prognóstico, previsão, difusão de alertas e medidas de preparação e capacidade de enfrentamento dos riscos climáticos.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

ÓRGÃO DE APOIO

SMSU/ Defesa Civil

PRAZO DA AÇÃO

Curto (2021–2024)

META

Até 2025, fortalecer a Governança da Defesa Civil Municipal, por meio da estruturação, implementação e monitoramento do Sistema de Detecção e Alerta Precoce para Riscos de Defesa Civil no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador específico 4: Sistema de detecção e alerta precoce para riscos de Defesa Civil implementado.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	Implementado

Indicador específico 6: Capacitações técnicas aos servidores da PMSP em temas de defesa civil.

2021	2022	2023	2024
1	2	8	28

Indicador específico 7: Capacitações técnicas oferecidas pelo COMDEC em temas de defesa civil.

2021	2022	2023	2024
1	30	28	67

Indicador específico 8: Proporção de núcleos comunitários de defesa civil (Nudec) em comunidades vulneráveis do Município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
3,37	57	71,2	87

Indicador específico 12: Moradias em áreas de risco de desastres no Município de São Paulo.¹⁹

2021	2022	2023	2024
173.689	182.605	183.350	244424

Indicadores indisponíveis:

- Número de reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de São Paulo.
- Monitoramento do sistema de detecção e alerta precoce para riscos de defesa civil.
- Atas de reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de São Paulo (un).
- Integração de dados sobre a população residente em áreas de risco ao Sistema de Detecção e Alerta Precoce para Riscos de Defesa Civil.
- Ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo.
- Pessoas afetadas por ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo.
- Pessoas deslocadas por ocorrências de defesa civil no Município de São Paulo.

19: houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois conforme relatado pela Secretaria líder, os dados disponíveis se referem ao número de moradias em áreas de risco de desastres, não ao número de pessoas residentes em área de risco, como apresentado no PlanClima SP.

AÇÃO 30 | Proteger pessoas e bens

Criar o Plano de Contingência de Seca, adotando as medidas para sua operação.

O Plano de Contingência de Seca deverá apresentar os meios pelos quais será garantida à comunidade atendida pelo sistema de abastecimento de água, a sobrevivência à seca severa, sem colapso econômico e social. O Plano deve prever, ainda, condições para o racionamento de emergência e ser elaborado sobre o embasamento técnico-científico disponível.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2028)

META

Até 2030, Plano de Contingência de Seca elaborado e implementado.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Elaboração e implementação do Plano de Contingência de Seca.
 - Número de pessoas afetadas por racionamento de água.
 - Interrupções de fornecimento de água.
 - Índice de Regularidade de Distribuição (IRD).
 - Índice de Reclamação de Falta d'Água (Irfa).
-

AÇÃO 31 | Proteger pessoas e bens

Ampliar medidas de adaptação e fortalecer a capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde em situações de eventos extremos, com ênfase na população vulnerável residente nas áreas periféricas.

Estabelecimento de medidas de adaptação e fortalecimento da capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde em situações de emergência ou de calamidade pública, tanto naturais, como ambientais ou tecnológicas, provocadas por eventos climáticos extremos, com especial atenção às populações periféricas e mais vulneráveis. Em sua revisão, que ocorrerá em 2021, o Plano Municipal de Saúde deverá incorporar a variável climática para o planejamento das ações e serviços de saúde pública no território, incluindo, entre outras atividades, o treinamento de profissionais e a elaboração de protocolos específicos para a ocorrência de eventos climáticos extremos em conformidade com o previsto na seção IV da Política Municipal de Mudança do Clima.

ÓRGÃO LÍDER

SMS

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2028)

META

Até 2025, ampliar a resposta dos profissionais de saúde a eventos climáticos extremos, por meio da capacitação dos servidores em temáticas de adaptação à mudança do clima.

INDICADORES

Indicador geral 1: Profissionais de saúde capacitados em preparação e resposta a eventos climáticos extremos no Município de São Paulo (indivíduos).

2021	2022	2023	2024
62	70	112	292

Indicador específico 1: Inclusão de temáticas de adaptação à mudança do clima na atualização do Plano Municipal de Saúde do Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Não	Não	Não	Sim

AÇÃO 32 | Proteger pessoas e bens

Atualizar anualmente o Plano Municipal de Contingência de Arboviroses para aperfeiçoar as ações de enfrentamento dos riscos associados à mudança do clima.

O Plano Municipal de Contingência de Arboviroses contém as estratégias para o controle de vetores causadores de doenças e que possuem seu ciclo de vida alterado por variáveis climáticas, como a febre amarela, dengue, zika, chikungunya, entre outras, e incorporar a variável da mudança do clima para melhor definir estratégias futuras.

ÓRGÃO LÍDER

SMS

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2032)

META

Até 2025, estabelecer as temáticas da mudança do clima como uma das diretrizes do Plano Municipal de Contingência de Arboviroses do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Inclusão de temáticas da mudança do clima na atualização do Plano Municipal de Contingência de Arboviroses do Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Sim	Sim	Sim

Indicador específico 1: Revisão do Mapa de Estratificação de Risco de Arboviroses, considerando o contexto da mudança do clima.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Sim	Sim	Sim

AÇÃO 33 | Proteger pessoas e bens

Fortalecer o Programa de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionado a Populações Expostas à Poluição do Ar do Município de São Paulo - VIGIAR

O Programa VigiAr permite a realização de estudos de identificação e avaliação dos riscos e efeitos agudos e crônicos da exposição à poluição do ar, tanto de fontes fixas (estabelecimentos), quanto de fontes móveis (veículos) na saúde dos paulistanos. A ação visa a fortalecer o programa, pela ampliação das unidades Sentinela, que hoje contam com sete unidades, mas podem chegar a 27.

ÓRGÃO LÍDER

SMS

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021–2024)

META

Até 2025, implantar 27 unidades Sentinela do Programa VigiAr.

INDICADORES

Indicador geral 1: Somatória da ampliação do número de unidades Sentinela do Programa VigiAr, por região (un).

2021	2022	2023	2024
0	6	7	22

Indicador complementar 1: Número de reuniões para a ampliação das Unidades Sentinela do Programa VigiAr.

2021	2022	2023	2024
21 reuniões	20 reuniões	28 reuniões	4 reuniões

Indicador complementar 2: Número de capacitações para a ampliação das Unidades Sentinela do Programa VigiAr.

2021	2022	2023	2024
1 capacitação	6 capacitações	2 capacitações	19 capacitações

Indicadores indisponíveis:

- Incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares nas unidades Sentinela do Programa VigiAr, por região (un).
- Atendimento nas unidades Sentinela do Programa VigiAr a crianças de 0 a 5 anos com problemas respiratórios (un).

AÇÃO 34 | Proteger pessoas e bens

Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) para todas as unidades básicas de saúde (UBS), ampliando a incorporação das questões da mudança do clima.

O PAVS objetiva promover a saúde da população e a melhoria de sua qualidade de vida por meio da difusão de informações sobre o ambiente no qual a pessoa vive, bem como pela promoção de atitudes voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental. Possui grande capilaridade nos territórios e uma estrutura programática que pode ser expandida, ampliando a promoção de ações educativas relacionadas com mitigação e adaptação climática.

ÓRGÃO LÍDER

SMS

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021–2024)

META

Até 2025, ampliar as unidades básicas de saúde com o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis implementado, de modo a promover nos seus territórios de abrangência a diretriz da temática de mudança do clima.

INDICADORES

Indicador geral 1: Somatória de unidades básicas de saúde com o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) implementadas (un).

2021	2022	2023	2024
332	330	330	340

Indicador específico 1: Projetos do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidos nas unidades de básicas de saúde e seus territórios de abrangência (un).

2021	2022	2023	2024
100	70	355	477

Indicador específico 2: Ações socioambientais do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência (un).

2021	2022	2023	2024
170	891	849	1588

Indicador específico 3: Visitas ambientais domiciliares do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência (un).

2021	2022	2023	2024
261	454	377	12.909

AÇÃO 35 | Proteger pessoas e bens

Combater o desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar em todo o Município.

Fortalecer as estratégias de combate ao desperdício de alimentos, a partir da ampliação de seu escopo e alcance. Para tanto, propõe-se as seguintes atividades: • Expansão do Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos para, no mínimo, 60 feiras livres e início de sua operação em equipamentos de abastecimento privados (mercados e sacolões).

- Revisão e aprimoramento dos processos de cadastramento de equipamentos e beneficiários do Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos, com aumento de fiscalização e transparência sobre a destinação dos alimentos recolhidos;
- Fortalecimento da capacidade logística da Prefeitura para coleta e distribuição dos alimentos e criação de canais de comunicação direta entre equipamentos de abastecimento cadastrados e entidades beneficiadas;
- Redução das distâncias entre produtores de alimentos frescos e in natura e consumidores;
- Promover o fomento à transição para uma economia circular dos alimentos, a partir da sensibilização e capacitação de restaurantes, equipamentos de abastecimento e consumidores;
- Ampliação do Programa Banco de Alimentos.

ÓRGÃO LÍDER

SMDT

ÓRGÃO DE APOIO

SESANA

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021–2050)

META

Até 2025, fortalecer o combate ao desperdício de alimentos no município de São Paulo, ampliando a segurança alimentar.

INDICADORES

Indicador específico 1: Número de feiras cadastrados no Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos (un).

2021	2022	2023	2024
12	27	15	28

Indicador específico 1: Número de mercados públicos cadastrados no Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos (un).

2021	2022	2023	2024
2	2	2	0

Indicador específico 2: Arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos Municipal (kg/ano).

2021	2022	2023	2024
1.253.521,01	415.766,61	751.000	1.574.724

Indicador específico 3: Doação de alimentos pelo Banco de Alimentos Municipal (kg/ano).

2021	2022	2023	2024
1.382.214,73	312.748,02	552.100	1.420.704

Indicador indisponível:

- Quantidade (ton) de resíduos alimentares enviados para aterros.

AÇÃO 36 | Proteger pessoas e bens

Aperfeiçoar os protocolos de paralisação preventiva do sistema de mobilidade, inclusive com alertas, no caso de eventos climáticos extremos.

Expandir e aprimorar o processo, já existente da CET, que consiste em um sistema de bloqueio de vias alagadas ou interditadas, estabelecendo protocolos definidos de comunicação tanto interna à PMSP, quanto à população em geral. Promover a integração e articulação entre os atores e estabelecer padrões de diminuição da exposição ao risco etc. A Iniciativa também conta com um protocolo de paralisação de serviços públicos afetados (funcionamento de hospitais, escolas, entre outros). A ação está relacionada com a estratégia da PMSP de criar um centro de monitoramento da mobilidade na cidade. A parceria entre PMSP (CET e SPTrans) e Governo do Estado (integração dos sistemas de alerta da Defesa Civil e Polícia Militar) é essencial para a implementação da ação.

ÓRGÃO LÍDER

SMT – CET

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021-2024)

META

Até 2025, estabelecer os protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos e o Sistema de Alerta de Paralisação de Serviços de Trânsito do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos.
- Estruturação do Sistema de Alerta de Paralisação de Serviços de Trânsito do Município de São Paulo.
- Linhas de ônibus afetadas por eventos climáticos extremos no Município de São Paulo (%).
- Comunicação dos protocolos de paralisação de trânsito em eventos climáticos extremos às organizações pertinentes.
- Pessoas diretamente afetadas por interrupções no serviço de mobilidade urbana no Município de São Paulo.

AÇÃO 37 | Mata Atlântica, precisamos de você!

Promover o plantio de árvores nativas resilientes às mudanças climáticas de maneira a proteger a biodiversidade e promover a melhoria do conforto térmico na cidade.

Promover o aumento e a melhor qualificação da arborização urbana, com o plantio de espécies resilientes às mudanças climáticas, em conformidade com o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) e Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (Planpavel) de modo a proteger a biodiversidade na cidade e favorecer a adaptação a eventos extremos de calor e precipitação. As seguintes ações complementares deverão ser consideradas:

- Promover estudos de flora e fauna locais nativas para definir espécies vulneráveis ou resilientes às mudanças climáticas, bem como espécies exóticas invasoras;
- Priorizar, nos viveiros municipais, o cultivo e a recepção, quando couber, de espécies da flora nativa resilientes às mudanças climáticas;
- Conectar parques, praças e outras áreas verdes por meio do plantio de espécies vegetais arbóreas nativas e atrativas às espécies da fauna silvestre que provêm o serviço de polinização e dispersão de sementes.

ÓRGÃO LÍDER

SVMA

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2028)

META

Até 2025, definir e implementar cronograma de produção de mudas climaticamente resilientes no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador específico 3: Somatória da cobertura de copas por distrito (%).

2021	2022	2023	2024
48,18%	48,18%	48,18%	48,18%

Indicadores indisponíveis:

- Cronograma definido e implementado.
- Estudo de espécies arbóreas resilientes às mudanças climáticas realizados.
- Elaboração e disponibilização do Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo.
- Plantio de mudas de espécies arbóreas nativas resilientes às mudanças climáticas no Município de São Paulo (%).
- Cobertura de copas por habitante (m²/hab).

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- Ação em andamento. Estudo iniciado por meio de Cooperação Técnica entre a SVMA e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) da Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), no âmbito do projeto “Árvores Funcionais: Manejo Orientado pelo Desenvolvimento”. A cooperação consiste no desenvolvimento de pesquisa científica para aprimoramento do planejamento, gestão e manejo da arborização associados à conservação da biodiversidade e à resiliência das cidades às mudanças climáticas, incluindo a demanda da Ação 37 do PlanClima. (Termo de Cooperação Técnica nº 001/SVMA/2024, firmado em junho de 2024).
 - Além disso, o viveiro Harry Blossfeld, gerido pela Prefeitura, realiza trabalho de Pesquisa Botânica para garantir matrizes e reproduzir as espécies nativas e atualmente produz mais de 150 diferentes espécies da flora nativa paulistana.
-

AÇÃO 38 | Mata Atlântica, precisamos de você!

Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.

Garantir a proteção e a manutenção dos sistemas naturais existentes frente aos impactos da mudança do clima, pelo fortalecimento dos meios e instrumentos para sua conservação, evitando atingir pontos de não retorno. Mais especificamente, a ação pretende:

- Adotar soluções baseadas na natureza nas diversas políticas setoriais, sempre que possível;
- Garantir fontes de financiamento, públicas e privadas, para a plena implementação do instrumento do PSA e demais instrumentos e ações de incentivo à preservação e à recuperação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;
- Aperfeiçoar a capacidade institucional e operacional da PMSP para execução e acompanhamento contínuo das ações de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos;
- Garantir a implementação dos quatro planos verdes: Plano Municipal da Mata Atlântica, Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, Plano Municipal de Arborização;
- Estimular atividades econômicas mais sustentáveis, compatíveis com a conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos;
- Garantir que as ações de urbanização de assentamentos precários, provimento habitacional e similares adotem propostas com aumento da permeabilidade do solo e de áreas verdes capazes de diminuir modificação ou predação ambiental.

ÓRGÃO LÍDER

SVMA

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2032)

META

Até 2025, elaboração e disponibilização do Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Elaboração e disponibilização do Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Não existia	Realizado	Realizado	Realizado

Indicador geral 2: Índice de adesão ao PSA no Município de São Paulo (%).

2021	2022	2023	2024
Não existia	Em andamento	48,5%	65,7%

Indicador específico 1: Editais de PSA lançados e operantes no Município de São Paulo.

2021	2022	2023	2024
Não existia	1	1	1

Indicador específico 1: Cadastro de Áreas de Patrimônio Ambiental do Município de São Paulo elaborado e disponibilizado.

2021	2022	2023	2024
Não existia	Não existia	Não existia	Realizado

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- Em dezembro de 2024, havia 23 áreas recebendo recursos por prestarem serviços ambientais, o que representa 65,7% do total de 35 áreas que podem ser contempladas por ano pelo Edital FEMA 04/2022. Foram 6 novos imóveis incorporados em 2024, que se somaram aos 17 (48,5%) selecionados em 2023." e "O primeiro edital do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) segue vigente e, até dezembro de 2024, contemplou 23 áreas que ocupam 398 hectares em áreas de proteção aos mananciais na região sul de São Paulo. Lançado em 2022, o edital FEMA 04/2022 priorizou imóveis de produtores rurais voltados para a produção agroecológica e orgânica. Está em elaboração um segundo edital relacionado a recursos hídricos que será lançado até 2026.
-

AÇÃO 39 | Mata Atlântica, precisamos de você!

Proteger e requalificar nascentes e cursos d'água.

Coordenação das ações da PMSP para proteção e requalificação de córregos e nascentes, com soluções baseadas na natureza (SbN). A proteção das nascentes será incrementada por intervenções físicas ou estruturais. A proteção dos cursos d'água, além daquela exercida pelas áreas de preservação permanente, deve incluir a despoluição das águas, a criação de parques lineares, a contenção dos processos erosivos das margens e das áreas de montante e, até mesmo, a reabertura de cursos hídricos tamponados, recuperando, assim, a prestação de outros serviços ambientais e ecossistêmicos.

As seguintes atividades preliminares foram identificadas como parte da ação:

- Realização de mapeamento participativo das nascentes do Município e consolidação de base de informações unificada para a coordenação de intervenções para sua proteção e requalificação;
- Elaboração de plano de proteção e requalificação de nascentes e cursos d'água que coordene intervenções das diferentes secretarias municipais e estaduais, no âmbito das respectivas bacias hidrográficas;
- Mobilização e sensibilização das comunidades do entorno de nascentes e cursos d'água, visando à ressignificação da relação com a água na cidade e criação de uma cultura de convivência harmônica com corpos d'água.

ÓRGÃO LÍDER

SVMA

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021-2050)

META

Até 2050, realizar o Mapeamento de Nascentes do Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicadores indisponíveis:

- Mapeamento de nascentes do Município de São Paulo.
- Plano de Proteção e Requalificação de Nascentes e Cursos d'Água no Município de São Paulo instituído.
- Proporção de ligações regulares implantadas no Programa de Ligações Factíveis em relação ao total de ligações no Município de São Paulo (%).
- Proporção de nascentes requalificadas no MSP (%).
- Eficácia do Programa de Ligações Factíveis do MSP (%).
- Córregos requalificados por bacia hidrográfica no MSP (un).
- Áreas de preservação permanente (APP) em córregos recuperadas (m2).

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- Está em andamento o projeto Territórios da Água, que tem o objetivo de elaborar estratégias de conservação das águas que se encontram em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e dos cursos d'água. Trata-se de parceria entre a SVMA, a Universidade Federal do ABC e o Observatório Nacional dos Direitos à Água e do Saneamento (Ondas), com pesquisas financiadas pela FAPESP.
 - Além disso, a Prefeitura também desenvolve ações voltadas à proteção de outros cursos d'água, como a ampliação das ligações de esgoto factíveis, a limpeza e desassoreamento de córregos, a implantação de parques lineares e outras iniciativas integradas de recuperação e preservação ambiental.
-

AÇÃO 40 | Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero.

A PMSP deve empreender ação política compatível com a dimensão de sua capacidade econômica e de seus desafios para apoiar a estruturação de uma nova economia, sustentável, com zero emissão de carbono, que proteja as condições de trabalho, o empreendedorismo e a vitalidade econômica do Município. As seguintes ações complementares deverão ser consideradas:

- Ampliar as áreas de conexão de Internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal e Wifi Livre, principalmente nas regiões menos atendidas;
- Mobilizar esforços para promover a expansão do acesso à Internet em banda larga fixa e móvel, com qualidade e velocidade adequadas, em especial nas regiões periféricas do território.

ÓRGÃO LÍDER

SGM

ÓRGÃO DE APOIO

SMDET

PRAZO DA AÇÃO

Longo prazo (2021–2050)

META

Até 2025, promover a economia circular no Município de São Paulo, reduzindo a geração e o envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários.

INDICADORES

Indicador geral 1: Quantidade, em toneladas, de resíduos enviados aos aterros.

2021	2022	2023	2024
4.76.061,21	4.672.814,90	4.871.031,32	5.025.623,99

Indicadores indisponíveis:

- Redução acumulada do envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários (%).
- Norma técnica que privilegie a adoção de embalagens reutilizáveis em detrimento de embalagens descartáveis pelos setores industrial e de serviços no MSP, sempre que possível.
- Capacitações formais de educação ambiental, com diretrizes da temática da

mudança do clima, ofertadas ao público em geral.

- Emissão de CO2 pelo PIB (ODS 9.4.1).
-

AÇÃO 41 | Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

Promover e aprofundar a temática da mudança do clima nas ações da Política Municipal de Educação Ambiental, fortalecendo sua implantação e ampliando os públicos-alvo.

As iniciativas desenvolvidas no bojo da Política Municipal de Educação Ambiental deverão aprofundar a inclusão da temática da mudança do clima, não só através da produção de conteúdos mais específicos, mas também de diferentes atividades. Entre elas destacam-se:

- A abordagem das questões climáticas no Currículo da Cidade e outros documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino deverá ser aperfeiçoada, favorecendo a diversidade de ações pedagógicas a serem adotadas pela Secretaria Municipal da Educação (SME);
- Formação continuada em mudança do clima para os seguintes públicos:
 - Profissionais da Rede Municipal de Ensino, visando à plena disseminação das informações relacionadas à mudança do clima;
 - Demais servidores da PMSP;
 - Membros integrantes de instâncias de participação pública da PMSP (conselhos gestores de parques e de unidades de conservação, Cades, Cades regionais, conselhos participativos, conselhos de escolas, dentre outras).
- Disseminação de informações, oferecimento de cursos livres e divulgação de atividades e iniciativas no campo da mudança do clima etc.

ÓRGÃO LÍDER

SME

PRAZO DA AÇÃO

Curto prazo (2021–2024)

META

Até 2025, instituir o Programa Municipal de Educação Ambiental, incorporando a temática da mudança do clima.

INDICADORES

Indicador geral 1: Elaboração e implementação do Programa Municipal de Educação Ambiental, incluindo a temática da mudança do clima.

2021	2022	2023	2024
Sim	Sim	Sim	Sim

Indicador específico 1: Capacitações formais de educação ambiental, com diretrizes da temática da mudança do clima, ofertadas a profissionais da Educação.

2021	2022	2023	2024
685	1270	2143	2950

Indicador específico 4: Índice de certificados emitidos em atividades de educação ambiental (%).²⁰

2021	2022	2023	2024
70%	78%	80%	58%

Indicadores indisponíveis:

- Capacitações formais de educação ambiental, com diretrizes da temática da mudança do clima, ofertadas ao público em geral.
- Índice de adesão a atividades de educação ambiental (%)

ANÁLISE COMPLEMENTAR

- O Plano de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo contribui diretamente para a ação “Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero” ao integrar estratégias voltadas à geração de emprego e renda com princípios de sustentabilidade. O plano incentiva atividades econômicas de baixo carbono, a qualificação profissional voltada à economia verde, o apoio a negócios sustentáveis, à inovação em reciclagem e reaproveitamento de materiais, além da valorização de cadeias produtivas circulares, alinhando crescimento econômico à transição ecológica justa.

20: O valor é referente ao número de aprovados (1272) nos cursos de educação ambiental oferecidos por SME para seus profissionais de educação em relação aos participantes inscritos (2211).

AÇÃO 42 | Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos.

Fomento a atividades econômicas que compatibilizem a geração de empregos, a igualdade de gênero, a inserção dos jovens, a manutenção da paisagem rural e a conservação das áreas prestadoras de serviços ambientais. Dentre as atividades identificadas estão:

- Fomento à agricultura orgânica e agroecológica na zona rural do Município, por meio da capacitação técnica dos agricultores e do fortalecimento de cadeias de valor, propiciando aumento do valor agregado da produção agrícola e da implementação de instrumentos econômicos de incentivo à conversão agroecológica, entre os quais o pagamento por serviços ambientais (PSA);
- Incentivo ao empreendedorismo de base comunitária e fortalecimento de cooperativas já existentes, ou que vierem a ser criadas, no Município de São Paulo;
- Fomento aos circuitos curtos de comercialização dos produtos in natura e processados, oriundos da zona rural do Município de São Paulo.

ÓRGÃO LÍDER

SMDT

PRAZO DA AÇÃO

Médio prazo (2021–2032)

META

Até 2025, que 60% das propriedades agropecuárias do Município promovam práticas agroambientais satisfatórias, de caráter sustentável.

INDICADORES

Indicador específico 1: Produtores agrícolas em processo de transição agroecológica.

2021	2022	2023	2024
-	22	34	24

Indicador específico 2: Produtores agrícolas com certificação de produção orgânica.

2021	2022	2023	2024
-	45	52	90

Indicador específico 3: Produtores agrícolas convencionais.

2021	2022	2023	2024
-	-	179	86

Indicador específico 4: Produtores agrícolas no programa de PSA.

2021	2022	2023	2024
-	35	50	30

Indicador específico 5: Feiras parceiras cadastradas.

2021	2022	2023	2024
Não disponível	27	Não disponível	933

Indicador indisponível:

- Produtores agrícolas seguindo o Protocolo de Transição Ecológica.²¹

21: houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois conforme relatado pela Secretaria líder, o Programa de Boas Práticas foi descontinuado pelo Governo Estadual e substituído pelo Protocolo de Transição Agroecológica, portanto, não há disponibilidade de dados.

AÇÃO 43 | Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica

Incentivo à agricultura orgânica urbana em terrenos e espaços públicos livres sem uso, permitindo maior proximidade entre produção e consumo sustentáveis. Ampliação da educação nutricional e ambiental, além de diminuição das distâncias entre a produção e o consumo. A ação atingirá os resultados por meio, dentre outras, das seguintes ações:

- Definir regras e diretrizes para a utilização dos espaços livres públicos com hortas comunitárias;
- Incorporar no Sampa+Rural o mapeamento de hortas comunitárias em espaços livres públicos;
- Fortalecer o Programa Operação Trabalho (POT) Hortas e Viveiros na Comunidade.

ÓRGÃO LÍDER

SMSUB

ÓRGÃO DE APOIO

SMDET

PRAZO DA AÇÃO

Curto Prazo (2021–2024)

META

Até 2025, realizar mapeamento, cadastro e definição legal de critérios técnicos relacionados à implantação e manutenção de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo.

INDICADORES

Indicador geral 1: Mapeamento das hortas urbanas comunitárias agroecológicas em espaços livres públicos do Município de São Paulo e incorporá-lo à Plataforma Sampa+Rural.²²

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Mapeamento realizado	Mapeamento realizado	Mapeamento realizado

Indicador geral 2: Somatória do cadastro Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias.²³

2021	2022	2023	2024
Não disponível	115	150	217

Indicador específico 3: Espaços livres públicos dedicados à agricultura urbana no Município de São Paulo (m²).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	Não disponível	Não disponível	1.646

Indicador específico 5: Gastos de investimento no Programa Operação Trabalho para o eixo Hortas e Viveiros na Comunidade (reais).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	3.106.413,00	5.458.068,00	8.796.043,11

Indicador específico 6: Parcerias ou programas apoiados para realização de cursos técnicos de capacitação nos temas agricultura urbana, educação nutricional e educação ambiental (un).

2021	2022	2023	2024
Não disponível	78	Não disponível	4

Indicador específico 7: Somatória dos trabalhadores envolvidos em atividades de agricultura urbana no Município de São Paulo (indivíduos).²⁴

2021	2022	2023	2024
Não disponível	1.500	1.431	2.671

Indicadores indisponíveis:

- Definição legal de critérios para implantação de hortas urbanas comunitárias orgânicas em áreas públicas.
- Número de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo, por subprefeitura (un).

22: houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois conforme relatado pela Secretaria líder, em geral, as hortas comunitárias e hortas em equipamentos públicos mapeados no Sampa+rural possuem abordagem agroecológica, porém, não possuem certificação orgânica.

23: houve alteração na redação do indicador original da ação no Plano, pois conforme relatado pela Secretaria líder, em geral, as hortas comunitárias e hortas em equipamentos públicos mapeados no Sampa+rural possuem abordagem agroecológica, porém, não possuem certificação orgânica.

24: os dados fornecidos são baseados exclusivamente da Zona Sul do município e, dessa forma, não abarca as demais regiões.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO